



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 77ª
(SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O POSSÍVEL FECHAMENTO DAS UNIDADES DE
PRONTO ATENDIMENTO – UPAS DO DISTRITO FEDERAL,
DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 75ª Sessão Ordinária;
- Ata da 76ª Sessão Ordinária.

Convocação

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária com início imediato para a promulgação da Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 91, de 2015.

A Presidência vai suspender os trabalhos para realização da sessão extraordinária.

(Suspensa às 15h59min, a sessão é reaberta às 16h02min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Declaro reaberta a sessão.

Conforme acordo com os Líderes, não haverá Comunicado de Líderes nem Comunicado de Parlamentares

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 108:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 627, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.427.366,00”.

A proposição não recebeu parecer da CEOF. Foram apresentadas 114 emendas. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Eu quero esclarecer aos Parlamentares que há 114 emendas ao projeto de lei. Eu quero ver a dinâmica que o nosso Relator vai sugerir.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o procedimento de análise pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi baseado em acordo feito com as Lideranças.

Inicialmente, o acordo com o governo foi de que cada Deputado reeleito faria a destinação de 12 milhões para a área de saúde e 4 milhões seriam para ser executados. Então sobrariam, dos 16 milhões de cada Deputado, 4 milhões para ser executados, e os 12 seriam destinados para a área de saúde. Aos Parlamentares que estão no primeiro ano de mandato foram concedidos inicialmente 5 milhões em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

emendas, dos quais a cada Deputado seria destinado 1 milhão, e 4 milhões seriam destinados para a saúde... um milhão para a saúde e 4 para... dando o mesmo tratamento a todos os Deputados, tanto os eleitos para o segundo ou terceiro mandatos como para os Deputados no primeiro mandato.

Então, ficou todo mundo na condição de executar 4 milhões impositivamente, tendo o governo oferecido um cardápio de obras para os Parlamentares ou o Parlamentar decidiria, dos 4 milhões, colocar o dinheiro onde ele bem entendesse, mesmo sabendo que, faltando pouco tempo para execução, talvez não desse tempo de se executarem os procedimentos de licitação; mas isso ficaria por conta e risco de cada Parlamentar.

O objetivo principal da relatoria, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.427.366,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais), destinava especificamente a fazer uma emenda, a Emenda Aditiva nº 103, no acordo feito.

O que foi aprovado ontem e sancionado hoje é que esses 16 milhões de reais dos Deputados que não se elegeram no pleito de 5 de outubro do ano passado, o plenário desta Casa, ao aprovar essa Emenda Aditiva nº 113 – que eu vou acolher no meu parecer –, estará autorizando o Poder Executivo a utilizar os 16 milhões de reais dos doze Deputados que não foram eleitos para esta Casa ano passado. O que daria 192 milhões de reais.

As demais emendas que vamos apresentar hoje foram apresentadas pelos Parlamentares, mas alguns Parlamentares ainda não conseguiram fazer, concluir as emendas, porque tiveram de fazer remanejamento na destinação inicial, procedida ainda no início do ano pelos novatos, e ano passado, pelos veteranos. Por isso vamos fazer hoje um procedimento acolhendo as emendas apresentadas pelos Parlamentares redimensionando ou redirecionando as suas emendas inicialmente estabelecidas. E vamos aproveitar um crédito que virá do governo para que possamos fazer alguns ajustes, em face da celeridade em que se deu esse procedimento. Mas alguns Parlamentares até agora não conseguiram fechar as suas emendas.

Portanto, feitos esses esclarecimentos de maneira preliminar, passo a emitir o meu parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 627, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.427.366,00”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Relator, nós temos uma situação nesse momento um pouquinho complicada. V.Exa. está emitindo parecer sobre os doze Deputados que não foram reeleitos, e os doze novos Deputados.

Pergunto a V.Exa: nós temos a situação do Deputado Cláudio Abrantes, que no dia 1º de janeiro não foi reeleito, mas também não estava contando na cota dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

doze novos Deputados. Eu gostaria de indagar de V.Exa. o que será feito na emenda com relação a ele, pois tínhamos o Deputado Dr. Michel que saiu, e ficaram 16 milhões de reais. E o Deputado Cláudio Abrantes, como é que vai ser feito, para que passamos votar a emenda sabendo efetivamente o que estamos votando.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Na realidade, é o seguinte: o Deputado titular é o Deputado Dr. Michel. Quando existe um Deputado titular, e ele executa as emendas dele, o suplente, ao assumir, executa o restante, o que sobrou. Porque para você calcular o valor das emendas, Deputado Chico Vigilante, há uma lei federal. Você pega a reserva de contingência, e 1% da reserva você divide por 24 parlamentares e acha os 16 milhões de reais das emendas dos Deputados – é um cálculo constitucional, é o mesmo que é feito na reserva de contingência do orçamento federal. Então, nós dividimos, para achar os 16 milhões de reais, por 24 Deputados.

O procedimento correto é: o que o Deputado Dr. Michel não executou cabe ao suplente, agora titular, Deputado Cláudio Abrantes, fazer a execução dele.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Mas ele não executou nada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sim, se ele não executou nada...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Nenhum de nós executou nada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu sei. O Deputado Cláudio Abrantes, mesmo o Deputado Dr. Michel já tendo feito a destinação, mas não execução, pode fazer essas alterações em cima da emenda do titular anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Na emenda de V.Exa. fica assegurado ao Deputado Cláudio Abrantes o direito de fazer o remanejamento dos 16 milhões. É isso?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Tendo em vista que nem o Deputado Dr. Michel e nenhum de nós executou nada ainda?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sim. Se a emenda do Deputado Dr. Michel já tivesse sido executada pelo governo, aí só sobre o restante do que não foi executado, no entendimento nosso e da lei, é que não teria direito.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Agaciel Maia, eu não sei se eu vou conseguir formular a minha pergunta, vou tentar explicitar a minha dúvida. Ao recebermos uma série de indicativos de direcionamento do recurso, o que eu não sei... Se o senhor me permite, vou citar um exemplo: eu vou destinar para o hospital da criança, destinar para equipamentos na área de saúde e para medicamentos, essas três rubricas, vamos assim dizer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

A minha pergunta é: o governo já disse qual é o déficit em cada uma dessas rubricas; o que vai significar quando o outro colega fizer aportes? Será que para alguns vão faltar e outros vão se exceder? O senhor entende a minha pergunta?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Entendi.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Deputado, voltando ainda à questão do Deputado Cláudio Abrantes, a verdade é que o Deputado participou da elaboração do orçamento passado, portanto ele destinou 16 milhões como todos os Parlamentares aqui, porque, naquele momento, ele tinha direito aos 16.

Tendo em vista que ele voltou agora e é Deputado titular, do meu ponto de vista, o que V.Exa. poderia fazer e ficar correto é retirar os 16 milhões a que ele tinha direito, ele vai executar os 16 milhões dentro das normas que nós elaboramos aqui – cada Deputado doa 12 para a saúde e 4 para executar obras –, e o do Dr. Michel vai todo, na sua íntegra, para o Executivo, e o Executivo faz o que quiser com os 16 milhões do Dr. Michel, tendo em vista que ele não tinha executado nada e deixou de ser Deputado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu vou voltar, Deputado Chico Vigilante, a explicar a V.Exa., mas eu gostaria de explicar para o nosso economista Wasny o seguinte: a destinação, mesmo porque o déficit da saúde é novecentos e poucos milhões, esses trezentos e poucos milhões destinados pelos Deputados – a Câmara está abrindo mão para destinar para a saúde, para cobrir orçamentariamente – é praticamente um terço do déficit que tem para chegar ao final do ano.

Então, mesmo que todos os Deputados destinassem o mesmo valor para determinados elementos de despesa dentro da Secretaria de Estado da Saúde, fosse custeio, serviços ou compra de equipamentos, considerado investimento, mesmo assim ainda não cobriria. Então, não vamos ter esse problema.

Quanto ao Deputado Chico Vigilante, eu não posso. O cálculo, Deputado Chico Leite, a fórmula para achar o valor das emendas que o Parlamentar tem é pegar o orçamento encaminhado pelo governo, um por cento da reserva de contingência, e dividir pelos 24. Para se achar os 16 milhões, você pega 1% da reserva de contingência encaminhada na Lei Orçamentária Anual pelo governo, pelo projeto, e divide pelos 24, para achar os 16 milhões.

Então, eu não posso fazer a divisão por 25. Não pode ter o Deputado Cláudio o valor da emenda do Dr. Michel e, ao mesmo tempo, executar mais um. Senão teríamos que dividir por 25.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Se V.Exa. me permite, é o seguinte: quando da elaboração do orçamento, o Cláudio destinou os 16 milhões porque ele era Deputado naquele momento. O Cláudio não foi reeleito. O que eu estou dizendo?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Tendo em vista que ele restabeleceu a condição de Deputado, ele fica agora com os 16 milhões que ele tinha indicado, vai cumprir de acordo com as normas estabelecidas aqui, e os 16 milhões do Dr. Michel voltam à condição de Deputado que não foi reeleito, vai tudo para o Executivo. É isso. Resolve perfeitamente o problema.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu sei, mas a ordem dessa soma não vai alterar o produto, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É isso.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – É o seguinte: na realidade, o Deputado Cláudio Abrantes passa a ter direito aos 16 milhões que era do Dr. Michel. Agora é do Deputado Cláudio Abrantes porque ele assumiu a titularidade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – As emendas do Deputado Dr. Michel vão ser enquadradas na PELO, portanto são de ex-Deputados e podem ser canalizadas. O Deputado Cláudio resgata suas emendas que foram aprovadas no ano passado dentro da modalidade dessa execução, 12 milhões para o Executivo, para a área da saúde, e 4 milhões para serem redistribuídos dentro das unidades, como o Deputado entender mais correto.

Portanto, na realidade, esse processo do Tribunal de Contas só ajudou o governo para efeito de aumento de orçamento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não, ficou do mesmo tamanho. Ficou com os doze deputados. Se não considerassem o Deputado Cláudio Abrantes, se o considerassem agora como titular, não seriam doze, seriam onze. Como se está dizendo Deputado – ex-Deputado – Dr. Michel, volta à condição de doze. E o Deputado Cláudio Abrantes, na sua condição de Deputado. Está resolvido.

DEPUTADO CHICO LEITE – A indagação, na verdade, pelo que eu compreendi da exposição do Deputado Agaciel Maia, não dá para acrescentar um 25º, porque aí muda a conta geral do percentual de contingência. A indagação do Deputado Chico Vigilante, pelo que eu pude compreender, é a seguinte: é possível dar ao Deputado Cláudio Abrantes, que restabeleceu e agora é Deputado em pleno exercício do mandato, o tratamento que se deu até o momento da renúncia na Casa e a posse no Tribunal de Contas ao Deputado Dr. Michel? Essa é a indagação.

Esse 24º – não é termos um 25º – pode ser o Deputado Cláudio Abrantes? Essa é a indagação. E o Deputado Chico Vigilante vai além: o que é necessário para fazer isso?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Se o titular executa, dos 16 milhões, 14 milhões e depois se afasta por algum motivo, o suplente que assume naquele lugar tem direito a executar 2 milhões, porque já foram executados 14. É assim na Câmara, no Senado, em todos os lugares. O Deputado Cláudio Abrantes tem direito aos 16



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

milhões dele, porque o Dr. Michel não executou nada, como nenhum Deputado executou.

Essa questão da premissa do orçamento de 2014 do Dr. Michel é uma questão para a Secretaria de Planejamento fazer esse ajuste. Do ponto de vista prático, do parecer do relator, entendemos o seguinte: assumiu o suplente e agora é titular, o titular não executou nada, ele tem exatamente o mesmo valor do suplente. A questão do orçamento do Dr. Michel, eu não posso fazer essa alteração. Senão, como se disse, eu alteraria o cálculo do coeficiente para encontrar o valor das emendas. E em vez de dividir por 24, eu iria dividir por 25. Se muitos outros suplentes assumissem, eu teria que fazer essa divisão várias vezes, o que significaria reduzir o valor de 16 milhões para um valor bem inferior. (Pausa.)

Sra. Presidente, equacionadas todas as dúvidas, vou começar a proferir o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 627, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.427.366,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais).

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara, art. 64, II, *b*, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre proposições que versem sobre créditos adicionais.

No que tange às normas legais que disciplinam os créditos adicionais, a proposição deve observar a Constituição; a Lei Federal nº 4.320/64; a Lei Orgânica do Distrito Federal; a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 2000; o Plano Plurianual – Lei nº 4.742, de 2011; a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2014; a Lei Orçamentária Anual de 2015 – Lei Distrital nº 5.442, de 2014. Tais normas foram cumpridas.

Quanto às emendas apresentadas, verifica-se que elas têm por objeto o remanejamento, o simples remanejamento de prioridades anteriormente especificadas por cada Parlamentar, na sua maioria para alocar recursos para a saúde, e não apresentam impropriedades técnicas ou formais.

A Emenda nº 113, apresentada por este relator, visa autorizar o Poder Executivo a remanejar para o Fundo de Saúde do Distrito Federal as emendas dos Parlamentares não reeleitos, bem como autorizar a execução das emendas destinadas à saúde.

A partir daí, quero chamar atenção dos Parlamentares, todas as emendas apresentadas, com exceção das que foram retiradas pelo próprio autor, todas as emendas apresentadas ainda na comissão foram acatadas.

Foram apresentadas aqui no plenário as emendas aditivas nºs 113, 114 e 115, de autoria do Deputado Cristiano Araújo; e a nº 116, de autoria do Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Wasny de Roure. Todas essas também foram acatadas. Em síntese, todas as emendas apresentadas pelos Parlamentares, Sra. Presidente, foram acatadas por este Relator. Fiz ressalvas a algumas emendas que foram retiradas. Todas que foram mantidas foram acatadas.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta forma, tendo em vista que a prorrogação observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento da atuação governamental, votamos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 627, de 2015, com as emendas apresentadas e acatadas na forma da Tabela nº 01, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Conforme o disposto na Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 91, de 2015, promulgada no dia 10 de setembro de 2015, submeto ao Plenário a proposta de emenda dos ex-Deputados ao Projeto de Lei nº 627, de 2015, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.427.366,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais)”, de autoria dos Deputados Alírio Neto, Arlete Sampaio, Aylton Gomes, Benedito Domingos, Dr. Michel, Eliana Pedrosa, Evandro Garla, Olair Francisco, Patrício, Paulo Roriz, Rôney Nemer e Washington Mesquita.

Em discussão, em 1º turno, a proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 627, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a proposta de emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A proposta está aprovada com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, pedi para falar apenas para ressaltar o empenho dos que trabalharam para acelerar esse processo. Para não cometer injustiça, eu queria agradecer, em especial, aos servidores técnicos da área de planejamento do governo, aos nossos técnicos aqui, principalmente aos da Assessoria dos Deputados e aos próprios Deputados, que entenderam a necessidade de dar celeridade a esse processo, tendo em vista que a política de saúde do Distrito Federal passa por um momento grave.

Portanto, eu quero registrar esse elogio a toda a equipe, tanto à de planejamento do Poder Executivo, quanto aos Deputados e à Assessoria, em especial ao pessoal da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e aos demais técnicos desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia.

Eu quero registrar também a presença da diretoria do Sindsaúde, da Sra. Marli, presidente do Sindicato. Quero aproveitar também para registrar a presença do Secretário de Saúde, Sr. Fábio Gondim.

Deputado Chico Vigilante, peço a V.Exa. que libere o Secretário de Saúde um pouquinho. Estou brincando com ele. Estou pedindo a V.Exa. que libere o Secretário do Partido dos Trabalhadores um pouquinho, porque estamos fazendo um encaminhamento aqui. Nós votamos várias emendas aqui hoje e fizemos um compromisso com os servidores da saúde.

Nós não temos condições de saber quantos por cento desse orçamento vão chegar. Eu registrei, por exemplo, seis milhões para pagamento de horas extras. Há outros Deputados também que deixaram livre para ser usado na área que quiser, só que nós gostaríamos muito que todo esse atrasado de horas extras fosse pago, mesmo que essa rubrica não esteja carimbada. O senhor é um especialista em orçamento e sabe disso. Nós gostaríamos de quitar realmente essa dívida, porque dívida trabalhista é uma dívida prioritária na minha visão.

Eu só queria deixar esse registro porque talvez esse dinheiro chegue lá sem rubrica e vai poder ser utilizado em qualquer área, mas deixamos esse apelo, esse pedido da quitação das horas extras dos servidores públicos.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero, primeiramente, parabenizar esta Casa, que, conduzida por V.Exa, foi sensibilizada a destinar 60% das suas emendas parlamentares para a saúde. Todos os Parlamentares fizeram isso. Agradeço aos Deputados novatos também, que abriram mão de parte de suas emendas para o custeio da saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Parabenizo V.Exa. porque, pelo que eu tenho acompanhado da Câmara Legislativa, é a primeira vez na história da Câmara Legislativa que existe essa sensibilização. Eu quero dizer também que eu destinei as minhas emendas na área da saúde para pagamento das horas extras dos servidores da saúde por entender que é uma situação urgente e emergente.

Eu quero já avisar e pedir aos servidores, se possível, que fiquem aqui, pois ao terminarmos esta sessão, nós vamos ter uma comissão geral que vai tratar sobre as UPAs. É extremamente importante a presença de vocês.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

A Presidência vai suspender os trabalhos desta sessão ordinária, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente a seguir para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 627, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.427.366,00”.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h37min., a sessão é reaberta às 16h50min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 928, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, fica transformada em comissão geral para debater o possível fechamento das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs do Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, apenas para não ser injusto, e a minha provocação foi buscando a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

justiça, quero registrar também a presença do SINDATE – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem, que está aqui também.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Claro. É um erro com certeza. Quero registrar aqui a presença do Sindate. Até fui eu que coloquei o Dr. João aqui para dentro do plenário. Foi um lapso. Sejam muito bem-vindos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a presidir os trabalhos.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Sob a proteção de Deus, vamos começar a presente comissão geral aprovada por meio de requerimento para tratar sobre a questão do possível fechamento das UPAs aqui do Distrito Federal. Quero pedir ao cerimonial que libere a entrada no plenário àqueles que queiram. Talvez vocês que estão aí em cima queiram vir para o plenário. Podem descer. Já vou pedir ao cerimonial para abrir. Então, já está liberado para quem quiser participar da sessão aqui dentro do plenário. Agradeço.

O cerimonial pediu dois minutos para terminar os preparativos. Então, enquanto as pessoas vão se acomodando, vou repetir o pedido para liberar a entrada para que as pessoas possam estar aqui presentes. Quem for ficar para falar sobre as UPAs pode descer. Fique à vontade. Pode descer. Até é melhor, fica mais aconchegante, mais perto. A quem for discutir, a quem quiser ficar, isso é importante. Faço o convite a todos: pessoal do Samu, dos técnicos da saúde, do sindicato, da radiologia, da enfermagem, motoristas do Samu. Há algum nutricionista aí? Não?

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Eu quero convidar vocês a ficarem para a discussão da questão do possível fechamento das UPAs, que é importante para a nossa cidade. Nós vamos ouvir o Secretário de Saúde.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Já foi aprovado o dinheiro. Peço que, se vocês puderem, desçam. Vamos discutir aqui. A sessão de votação acabou e já se aprovou o orçamento. Está aprovado o orçamento para a saúde, para pagar hora extra, para pagar os contratos que têm que ser pagos, o que se está devendo. Cada Deputado destinou R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais). O Deputado Juarezão disse que destinou mais porque ele é da saúde.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Quero dar as boas-vindas a todos e tenho a honra de iniciar os trabalhos da comissão geral para debater o possível fechamento das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Convido para compor a Mesa as seguintes autoridades: o Sr. Terceiro-Secretário da Mesa Diretora, Deputado Bispo Renato Andrade; o Deputado Ricardo Vale, do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal; o Sr. Vice-Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Juarezão, do PRTB; o Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, Dr. Fábio Gondim; e a Sra. Presidente do SindSaúde, Marli Rodrigues.

Gostaria de lembrar que, a partir deste momento, estão abertas as inscrições àqueles que desejam fazer uso da palavra durante esta comissão geral.

Passo a palavra agora, já iniciando nossos trabalhos, ao Sr. Terceiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Bispo Renato Andrade, do PR.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Boa tarde, Deputado Rodrigo Delmasso, Secretário Fábio, Marli, Deputado Ricardo Vale, Deputado Juarezão. Boa tarde aos senhores e senhoras que vieram a esta comissão geral.

Quero primeiro parabenizá-lo, Deputado, Líder do Bloco Amor por Brasília, pela sensibilidade de entender o momento que vivemos aqui no Distrito Federal, ainda mais quando fomos pegos de surpresa. Nada melhor do que o Secretário estar aqui, para que S.Exa. possa ser sensibilizado quanto ao fato de que a gente não pode fechar as UPAs. A nossa saúde, a saúde aqui, no Distrito Federal, de fato, precisa sair – como está escrito ali – da doença em que se encontra – espero que não seja crônica –, para que a gente possa construir dias melhores para a população do Distrito Federal e, é claro, para aqueles que compõem o corpo de servidores da saúde aqui, no Distrito Federal.

Por ora era isso, só parabenizá-lo e desejar a todos boas-vindas.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade. Cito a presença também do Deputado Chico Vigilante, Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores; do Deputado Raimundo Ribeiro, Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara Legislativa; do Sr. Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que se encontra presente; do Deputado Wasny de Roure; da Deputada Telma Rufino, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários; e do Deputado Rafael Prudente.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale para fazer suas considerações iniciais.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Rodrigo Delmasso pela iniciativa desta comissão neste momento extremamente importante que nossa saúde pública passa aqui no Distrito Federal. Quero cumprimentar o Deputado Bispo Renato Andrade; o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

meu colega Deputado Juarezão; o Secretário de Estado de Saúde, Fábio Gondim; a minha querida Presidente do SindSaúde, Marli Rodrigues. Cumprimento também os servidores da saúde, a minha querida amiga Cristina, o pessoal de Sobradinho, enfim, todos que estão aqui.

Quero dizer aos Sr. Secretário Fábio Gondim o seguinte: eu fui um dos autores aqui de uma convocação do senhor, justamente em função de uma conversa que nós tivemos por telefone em que o senhor colocou a dificuldade de o governo renovar os contratos das UPAs. Eu cheguei a colocar para o senhor que isso seria muito ruim, o senhor também entendeu que seria assim. Mas eu não senti... O senhor foi muito honesto e falou: "Há possibilidade, inclusive, de a gente chegar ao ponto de ter que fechar as UPAs".

A partir daí, eu trouxe esse problema para cá, nós fizemos uma série de ações, inclusive com servidores da UPA de Sobradinho. Alguns servidores da Ceilândia também entraram em contato com a gente. E o clima está muito pesado entre os servidores e entre a própria comunidade.

Portanto, eu acho muito importante a sua vinda aqui. Esta Casa – eu tenho falado isso para os Deputados –, tem a obrigação de ajudar o Distrito Federal a sair dessa situação em que está, do ponto de vista de sua economia. Nós temos a obrigação de ajudar a saúde do Distrito Federal. Desde já estou me colocando à disposição, como já me coloquei da outra vez, inclusive do próprio Governador. O que a gente quer é ajudar.

Então, é importante a sua vinda aqui, e é importante que o senhor esclareça mesmo, para todos nós – para a comunidade e para os Deputados – o que está acontecendo e se, realmente, há essa possibilidade de se fecharem as UPAs. A gente escuta muita gente falando que a intenção do governo, no fundo, é privatizar as UPAs, passá-las para as organizações sociais. É bom que o senhor explique tudo para a gente de forma muito transparente, porque o diagnóstico do problema a gente já tem: falta de recurso. Mas o governo não é claro no sentido de dizer o que vai ser feito. O que vai ser feito?

Inclusive o ex-Secretário da Saúde, João Batista, esteve aqui – nós o convocamos, ele veio. Ali já ficou claro que o governo não tinha política para a Saúde, ele não sabia como ia resolver todas essas questões de falta de material, falta de remédio e a própria questão da renovação das UPAs – isso já no primeiro semestre.

Eu gostaria muito que o senhor fosse extremamente transparente e honesto com a gente. Eu percebo – e a Câmara deu uma demonstração disso hoje, quando aprovou essas emendas de, se não me engano, 300 milhões – que a gente quer justamente ajudar a resolver. Nós queremos ajudar a resolver, nós queremos que a saúde funcione – uma saúde pública e de qualidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Eram essas as minhas considerações iniciais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Quero informar que a Deputada Luzia de Paula não pôde estar presente. Ela é membro do nosso bloco, e o requerimento para fazer essa comissão geral foi assinado por todos os Deputados do bloco – eu, o Deputado Bispo Renato Andrade, a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Lira e o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar.

Quero agradecer a presença do Secretário de Estado de Saúde, Fábio Gondim, e da Presidente do SindSaúde, Marli Rodrigues.

Vou passar a palavra agora, para as considerações iniciais, ao Vice-Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Juarezão.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar o Deputado Rodrigo Delmasso, o Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Ricardo Vale, o Secretário de Saúde, Fábio Godim, e a minha amiga do SindSaúde, Marli.

Secretário, eu tinha uma agenda marcada com o senhor na semana passada e, por questão de tempo, o senhor não pôde chegar. Eu fui lá para conversar com o senhor sobre as UPAs, sobre colocar emendas para o governo.

Eu sou funcionário da Saúde há 35 anos, sou agente administrativo. Sou companheiro dos companheiros do SindSaúde.

Queria saber qual é a atual política do governo e a do senhor quanto às UPAs. Em vez de abrir mais UPAs – inclusive eu ia pedir para o senhor abrir uma em Brazlândia – estão é fechando. As coisas estão andando ao contrário. A gente gostaria que, com muita transparência, o senhor explicasse o que está acontecendo no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Juarezão.

Quero perguntar se algum Deputado quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro ouvir o secretário. Depois de ouvi-lo, tenho muita coisa para perguntar a ele.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Está ótimo.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu naturalmente quero muito ouvi-lo. Não vou estar aqui durante toda a comissão, Sr. Presidente, mas eu não poderia ser irresponsável porque me pronunciei de maneira bastante veemente. Eu até creio que nós temos uma séria dificuldade no momento, orçamentária e financeira, para fazer frente a essa crise que a saúde no Distrito Federal enfrenta.

Não sei, parece-me que esse não é o melhor caminho, pelo que essas Unidades de Pronto Atendimento representam do ponto de vista de celeridade, de agilidade. Esta é uma modalidade que teve amplo apoio do Governo Federal e que continua mantendo recursos para o Fundo de Saúde.

A minha preocupação, secretário, é se há de fato uma intenção... Parece-me que as últimas declarações vêm no sentido de manter as unidades em funcionamento, mas eu gostaria também de indagar se há previsão, por parte do Governo do Distrito Federal, de continuidade dessa política de utilizar os recursos destinados à UPA.

A gente sabe que a saúde não é feita apenas de estruturas físicas. Eu quero me adiantar na minha pergunta à sua pessoa. As muitas discussões que nós tivemos com o ex-Secretário Rafael e com os que o sucederam – Dr. Miziara, Dr. Ivan – foram no sentido da previsão de novos projetos de estruturas de saúde, particularmente o complexo de trauma, previsto, a substituição do Hospital do Gama e o complexo que atenderia Ceilândia, pelo crescimento da cidade.

Eu peço permissão ao Presidente da comissão geral, Deputado Rodrigo Delmasso, para introduzir a temática da população do Distrito Federal. Secretário, eu chamo a atenção de V.Exa. para o seguinte: Brasília não é mais o Plano Piloto. Hoje, o Plano Piloto representa 10% da população do Distrito Federal. O Plano Piloto é um espaço envelhecido e rígido do ponto de vista do projeto urbanístico, por ser uma área tombada. Conseqüentemente, a população vem se acomodando ao redor da cidade, seja no Entorno, seja nas cidades do Guará, Taguatinga, Samambaia, Gama e outras. Essa é a verdadeira Brasília! O Plano Piloto é de quem tem plano de saúde; o Plano Piloto é de quem vem de outras unidades da Federação para acompanhar a pauta do Governo Federal, da Magistratura e do Congresso Nacional.

Então, a minha pergunta é: essa política de descentralização prevista, não é uma política correta que tem o aval do atual governo? Então, essa pergunta, além de responder simplesmente o fechamento, responde em relação à continuidade da política das UPAs com relação àquilo que foi apresentado como saída, que seria a reestruturação de novas unidades, até mesmo como forma de substituição de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

unidades envelhecidas que já não respondem com a mesma tecnologia que hoje a medicina possui para as unidades hospitalares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Pergunto se mais algum Deputado quer fazer uso da palavra. (Pausa.) Não!

Quero informar que já estão abertas as inscrições para quem quiser fazer o uso da palavra. Quem quiser fazê-lo, é só levantar a mão que o Cerimonial vai pegar o nome e para anunciarmos.

Concedo a palavra, para as considerações iniciais, à Sra. Presidente do SindSaúde – Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Saúde do Distrito Federal, Marli Rodrigues.

SRA. MARLI RODRIGUES – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, eu quero agradecer esta Casa por esse gesto de verdadeiro compromisso com a saúde, que foi a destinação dessas emendas. Nós não podemos nos esquecer disso nunca, nem a população, nem os servidores da saúde. A todos vocês, o nosso muito obrigado.

Quanto ao tema proposto, fechamento de UPA, é algo que realmente preocupa todos os sindicalistas, porque entendemos que a população precisa de atendimento. No entanto, nós temos algo a discutir que vai além do fechamento de UPA. Para ela estar aberta, ela precisa de profissionais, ela precisa de equipamentos, ela precisa de medicamentos, ela precisa de muito, mas muito mais!

Eu vou deixar aqui uma pergunta, apenas inicial, quero falar muito mais sobre isso. A crise da saúde não começou agora, nem há três anos, nem quatro anos, nem cinco anos. Ela começou já há muito tempo, e vem sendo sucateada com a verdadeira intenção de se terceirizar. Isso qualquer um entende que está acontecendo há muito tempo.

Existe uma pergunta que não quer calar. Hoje foi noticiado sobre onze milhões que existem para construção de UPAs. Eu gostaria que o secretário comentasse isso: por que não construir aquilo que está planejado, que está sendo esperado pela população?

Inicialmente, Sr. Presidente, essa é a minha pergunta. Logo depois, eu volto a falar, principalmente sobre como começou toda essa história.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Presidente do SindSaúde, Marli Rodrigues.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, Fábio Gondim, para fazer as suas considerações iniciais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Repetindo: quem quiser... A Sra. Presidente vai falar. Antes de passar a palavra ao Secretário de Saúde, vou passar a palavra à Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federação, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Rodrigo Delmasso, eu quero cumprimentar V.Exa. pela sensibilidade de promover uma audiência pública como essa. Quero cumprimentar o Deputado Ricardo Vale também, que tem feito uma fiscalização muito pesada na área da saúde; o Deputado Bispo Renato Andrade; a nossa querida Presidente do SindSaúde; o nosso querido Secretário, que está aqui também; o Deputado Chico Vigilante; o Deputado Rafael Prudente; a Deputada Telma Rufino; o Deputado Wasny de Roure; e todos os demais Deputados.

Nós estamos vivendo um momento muito difícil no Distrito Federal, um momento que está pedindo o sacrifício de todos, da Câmara Legislativa, do governo. Então, eu acho que promover audiência pública para apontarmos rumos e caminhos é realmente uma necessidade.

Tenho muita preocupação, porque acho que o planejamento estratégico do governo tinha que estar acontecendo desde o governo de transição. É um erro o governo falar que não se planejou e não sabia, porque sabíamos que tínhamos problemas assim que começamos a examinar as contas. Não podemos pegar esse discurso fácil: “Ah, a gente não sabia”. Já estamos com nove meses de governo, Deputado Rafael Prudente, e esse discurso fácil pode nos levar a um erro muito grave, que é não resolver os problemas que temos. A aplicação do dinheiro sem a contenção dos gargalos que temos na saúde é pesadíssima.

Dei uma palestra nesta semana, Deputado Chico Vigilante, em uma faculdade, e uma moça levantou a mão e disse para mim: “Deputada, o que você acha de uma pessoa que trabalha na saúde que não cumpre o horário e vai atender no consultório, seja médico, seja enfermeiro, o que for?” Respondi a ela que é tão corrupta quanto quem desvia dinheiro público. Porque o resultado final disso é o óbito.

E ainda há um desafio para V.Exa., Secretário. Temos um número de servidores médicos, inclusive, superior ao que a Organização Mundial de Saúde recomenda. Por que não estamos dando conta de atender a demanda? Esse desafio, Secretário, tem que ser enfrentado, e enfrentado rapidamente, porque senão nos acostumamos – isso ocorre até com os problemas ruins. “Ah, isso é cultura, é tradição, aqui é desse jeito...” O senhor está tendo uma oportunidade de mudar todos os gargalos e todos os erros que aí estão. E para isso tem que ter muita coragem, porque sabemos que em todas as mudanças mexem no ambiente, coloca as pessoas contra.

Agora, o senhor pode ter certeza – e a demonstração foi feita nesta tarde – de que, tudo o que for bom para o Distrito Federal, esses Deputados vão votar,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

principalmente para a saúde pública, porque sabemos que não temos como remediar amanhã. É hoje, hoje, hoje, hoje!.

No meu mandato passado tive uma preocupação muito grande, Deputado Rafael Prudente, porque na abertura das UPAs tivemos o fechamento de alguns atendimentos. Por exemplo, quando abriu a UPA de Samambaia, tivemos o fechamento do pronto-socorro de Samambaia. Então, era meio que um atendimento que sabíamos que havia precariedade.

É importante ter as UPAs? É, mas foi mal planejado. Sinto muito falar nesta tarde, mas foi muito mal planejado. A UPA do Núcleo Bandeirante abriu e fechou o posto de saúde 24 horas. Então, muitos serviços dos hospitais foram fechados para complementar o serviço das UPAs. É como uma dona de casa que cuida do seu lar sozinha e de repente se vê na obrigação de cuidar de duas residências. É claro que, se ela não tiver uma mão de obra a mais, ela não vai dar conta.

Então, Secretário, nós queremos realmente uma solução definitiva para as UPAs, principalmente na região de Sobradinho. (Palmas.) Quero agradecer a presença da população de Sobradinho que veio aqui reivindicar. Esse grupo, secretário, está se mobilizando desde o dia em que ficaram sabendo disso, seja nas redes sociais, seja fazendo protestos, seja vindo aqui voluntariamente, nesta tarde, para falar que não aceitam o retrocesso e o fechamento das UPAs.

Então, o que couber à Câmara Legislativa ajudar o senhor a enfrentar as dificuldades e as barreiras que temos na secretaria de saúde pode contar conosco. Imagina – o Deputado Rodrigo Delmasso está fiscalizando isso – próteses para 50 anos. Meu Deus! É esse tipo de coisa que temos de enfrentar. As quadrilhas existem em todos os lugares, inclusive na secretaria de saúde, furtando vidas das pessoas e, infelizmente, se não damos conta de resolver, é porque não estamos na gestão. Mas o senhor está tendo essa oportunidade.

Quero parabenizar a Marli também pela movimentação que fez conosco, veio buscar as horas extras. Conseguiu. Parabéns à Marli e a todos vocês.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Quero parabenizar mais uma vez V.Exa. pela articulação na sensibilização de todos os Parlamentares em relação à emenda da saúde.

Antes de passar a palavra para o secretário, eu queria fazer a leitura de uma carta enviada pelo Deputado Robério Negreiros:

“Excelentíssimas senhoras e senhores Deputados, tenho acompanhado com muita preocupação as notícias sobre o funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento. Quem precisa do sistema de saúde do Distrito Federal já tem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

problemas demais a enfrentar. O fechamento de unidades poderia agravar ainda mais a superlotação das emergências.

Também estive no noticiário a disponibilidade orçamentária para mais UPAs e a negativa da Secretaria de Saúde em construir mais unidades. Se o governo não tem interesse em mais UPAs, deve pelo menos se esforçar em gerir adequadamente o que já está em funcionamento. Nesse caso, ficará difícil ter paciência com a administração que está em curso.

Compreendemos a crise financeira pela qual o Governo do Distrito Federal passa. Entretanto, a saúde tem o maior orçamento entre as áreas prioritárias e há muito tempo precisa de melhoria na gestão. Esta Casa precisa ser cada vez mais incisiva na cobrança por melhores resultados no atendimento oferecido aos pacientes do Distrito Federal. Robério Negreiros, Deputado Distrital – PMDB/DF.”

Para que pudéssemos começar a nivelar um pouco a nossa discussão, antes de eu passar a palavra ao Secretário de Saúde, quero dizer que o Ministério da Saúde coloca que as Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs, funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana e podem resolver grande parte das urgências e emergências, como pressão e febre alta, fraturas, cortes, infarto, derrame etc. Com isso ajudam a diminuir as filas nos prontos-socorros dos hospitais.

A UPA inova ao oferecer estrutura simplificada, com raio-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação.

Nas localidades que contam com UPA, segundo o Ministério da Saúde, 97% dos casos são solucionados na própria unidade. Quando o paciente chega à unidade, os médicos prestam socorro, controlam o problema e detalham o diagnóstico. Eles analisam se é necessário encaminhar o paciente a um hospital ou mantê-lo em observação por 24 horas.

As UPAs fazem parte da Política Nacional de Urgência e Emergência, lançada pelo Ministério da Saúde em 2003, que estrutura e organiza a rede de urgência e emergência no País, com o objetivo de integrar a atenção às urgências.

Atualmente, existem três portes diferentes de UPAs, conforme classificado pelo Ministério da Saúde.

A UPA Porte I tem de cinco a oito leitos de observação e capacidade de atender até 150 pacientes por dia. A população na área de abrangência é de 50 mil a 100 mil habitantes.

A UPA Porte II tem de 9 a 12 leitos de observação e capacidade de atender até 300 pacientes por dia. A população de abrangência é de 100 mil a 200 mil habitantes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

A UPA Porte III tem de 13 a 20 leitos de observação e capacidade de atender até 450 pacientes por dia. A população de abrangência é de 200 mil a 300 mil habitantes.

O Distrito Federal hoje tem a maior UPA da América Latina, que é a UPA da Ceilândia. Para quem não sabe, a UPA da Ceilândia é a maior UPA da América Latina.

Depois desse nivelamento, passo a palavra agora, para as suas considerações iniciais, ao Secretário de Estado de Saúde, Dr. Fábio Gondim.

SR. FÁBIO GONDIM – Muito boa tarde. Não estou mais vendo aqui a nossa Presidente Deputada Celina Leão, mas fica o meu abraço para ela.

Boa tarde, Deputado Rodrigo Delmasso, com quem eu já tenho tido uma relação, embora curta, muito proveitosa e de muito respeito; Deputado Bispo Renato Andrade – saiu daqui agora também –, com quem eu já tive a oportunidade de ter umas boas conversas; Deputado Ricardo Vale; Deputado Juarezão, que também se ausentou; Marli, nossa presidente do sindicato, com quem eu tenho e pretendo continuar tendo uma relação bastante saudável, assim como tenho procurado me aproximar dos demais sindicatos, para conhecer as necessidades e as demandas dos nossos servidores, que são, afinal de contas, os que fazem a saúde; demais Deputados aqui presentes; nossos Secretários; Subsecretários da Secretaria de Saúde, enfim, senhoras e senhores, quero, em primeiro lugar, agradecer pelo gesto de grandeza, o gesto de cidadania que foi feito aqui hoje na Câmara Legislativa. Independentemente de partido, de lado político, de ser Oposição ou Situação, todos os Deputados Distritais aqui do Distrito Federal compreenderam a gravidade do problema e souberam superar as diferenças e irem todos em uma só direção, que é a direção em prol da Saúde. Um verdadeiro pacto pela Saúde que foi feito aqui hoje.

A todos os senhores, eu agradeço em nome do Governador, em nome do governo, e os parabênz pelo gesto.

Eu vou fazer um breve relato, Deputado, até porque eu acho que depois as pessoas vão ter questionamentos mais específicos. Embora alguns já tenham ouvido falar, mas eu vou repetir algumas situações que nós encontramos.

Começo falando do orçamento, mas não da saúde. Quando a gente vai falar da saúde, ou quando a gente vai falar da educação, ou quando vai falar da segurança, a gente precisa primeiro entender qual é o ambiente no qual estamos inseridos. Porque se a população precisa de saúde, que é uma importante política pública, também precisa de todas as demais. E não vai abrir mão de nenhuma delas.

O Distrito Federal aprovou no ano passado uma lei orçamentária que era insuficiente para fazer frente às suas despesas. E insuficiente em uma proporção muito grande. Só com despesas de pessoal nós tínhamos 3 bilhões de reais a menos do que seria necessário. Era sabido que precisaríamos de 19 bilhões, mas a lei trouxe apenas 16 bilhões. E diversas outras despesas. Despesas de exercícios anteriores,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

despesas indenizatórias, enfim, que vêm pressionando o orçamento desse ano. Somente na saúde este ano nós tínhamos 477 milhões de despesas indenizatórias. Essas despesas não estavam no orçamento. Então, o orçamento que já estava insuficiente ficou mais insuficiente ainda. O primeiro problema é esse.

A segunda questão é a distribuição dos recursos nos diversos grupos de natureza. Despesa de pessoal ultrapassando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para quem não conhece muito bem esse assunto, é bom compreender. A Constituição Federal nos impõe uma limitação terrível. Todos acham que é uma questão formal. Não, não é formal.

Primeiro, é um dispositivo que garante a saúde fiscal de um Estado, de uma Unidade da Federação. E segundo, a gente precisa garantir que os recursos possam ser destinados às atividades finalísticas. Então há uma limitação que é de 46,55% da receita corrente líquida. Se isso for ultrapassado o Distrito Federal fica impedido de fazer novas contratações.

Então, não obstante que haja alegação de que faltam profissionais, e muitos me perguntam: por que não chama logo o pessoal concursado? Por que não aumenta de 20 para 40 horas e pronto? Porque o Distrito Federal está impedido de aumentar suas despesas de pessoal. Hoje não é um simples gesto unilateral, nem do Poder Executivo, muito menos do Secretário de Saúde. Além disso nós temos 81% das despesas com saúde destinadas a pessoal. O nosso orçamento está muito engessado.

Então, quando dizem que o orçamento da saúde do Distrito Federal é muito grande, é um dos maiores do Brasil, eu respondo o seguinte: é verdade! Realmente falar de 7 bilhões de reais é muita coisa, é muito dinheiro. Mas se a gente parar para pensar que desses recursos 81% são comprometidos com pagamento de pessoal, e eu tenho apenas 1,4 bilhões de reais para fazer frente a manutenção, a aquisição de equipamentos, a investimentos, a construção de UPAS, construção de novos hospitais, e tudo mais que o sistema de saúde exige, aí eu vou dizer aos senhores que se os senhores procurarem informações a respeito de outros Estados chegarão à conclusão de que o nosso orçamento está muito é modesto.

Encontramos também um problema difícil até de diagnosticar relativo a recursos humanos, a gestão de recursos humanos que foi mencionada aqui. Eu não vou entrar no mérito de atitudes que são pouco nobres das pessoas. Isso acontece em qualquer lugar, em qualquer área, com qualquer grupo humano, seja entre médicos, enfermeiros, engenheiros, políticos, padres. Em todos os grupos humanos, encontramos pessoas que nem sempre merecem a confiança.

O fato é que eu encontrei uma dificuldade grande para compreender essa falta de profissionais e em que áreas exatamente esses profissionais estão faltando. É mais na Pediatria, na Nefrologia, na Cardiologia, na Clínica Médica? Em que locais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

isso está acontecendo? Em seguida, vou falar das providências. Vou falar mais dos problemas em primeiro lugar.

Temos ausência quase absoluta de informações gerenciais. Mais do que ausência de informação gerencial, aí sim, tenho a não utilização das poucas que existem na formação de políticas. Essa é uma situação que encontrei aqui. Pelo que eu pude saber, já foi encontrada, é uma questão histórica.

Nós temos um orçamento que, mal ou bem, suficiente ou não, é um orçamento bilionário, sendo decidido com base em questões empíricas e não em dados científicos que possam nos levar a melhorias de metas previamente estabelecidas, como requer a boa prática da gestão pública em qualquer área, seja saúde, educação ou segurança.

Temos também problema de faturamento. Aparentemente, as unidades hoje ainda não perceberam a importância que têm na solução do seu próprio problema. Nós temos no Hospital de Base, só para citar um exemplo – perdoem-me as pessoas de lá, mas é um número que eu lembro de cabeça, e é o hospital mais importante, é o maior –, uma despesa de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais) e um faturamento de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Isso indica um descompasso absurdo, que onera todo o sistema e faz com que recursos do Ministério da Saúde não sejam encaminhados e possam fazer frente às nossas necessidades.

Encontrei também, Deputado Rodrigo Delmasso, despesas emergenciais de centenas de milhões de reais. Centenas de milhões. Elas já estavam lá e são originárias de um problema mais crônico. Todo mundo fala que é uma máfia, tudo acontece. Pode até ser, eu não vou nem questionar, mas há outro problema que não tem nada a ver com isso: a deficiência orçamentária deste ano de 2015.

Se eu pretender fazer uma licitação que gaste neste ano 100 milhões de reais, eu preciso ter orçamento neste ano de 100 milhões de reais. Isso é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga qualquer gestor público, justamente para impedir que gastos públicos sejam feitos acima da autorização orçamentária, como me parece que aconteceu. Nós não queremos, em respeito à população e aos servidores da saúde, repetir essa falha. Nós temos que ter essa disponibilidade.

Diante das dificuldades que encontramos, ainda não foi possível uma liberação desse porte para viabilizar grandes licitações, como por exemplo as que são de limpeza, alimentação e segurança, que juntas correspondem a cerca de 500 milhões de reais por ano. É importantíssimo que nós possamos corrigir isso. Em seguida, vou dizer o que estamos pensando.

Falando dos principais problemas que encontramos, na mesma linha das despesas emergenciais, temos as despesas indenizatórias, que são despesas que não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

têm contrato. Muitas vezes, a nota de empenho nos apareceram a centenas de milhões de reais, o que causou um problema muito grande.

Pois bem, esses eram basicamente os problemas que a gente recebeu, e tudo está sendo resolvido. Tomamos medidas várias, vou ser muito breve com relação a isso, mas é bom que as pessoas saibam que não estamos parados esperando que a solução caia do céu, ou venha do Ministério, da Câmara Legislativa, sem que a gente faça a nossa parte.

Nós já habilitamos o sistema de controle de estoques. Hoje temos uma perda muito grande de medicamentos, mas adotamos um sistema e colocamos data de validade. Não tínhamos data de validade, não existia esse registro no sistema, embora a funcionalidade existisse, mas não se usava. Já passamos a utilizar, para evitar perda de medicamento.

Estamos cuidando de um sistema de logística, para que qualquer material da Secretaria possa ser levado até o paciente, para que tenhamos o custo unitário de cada paciente e possamos acompanhar o tempo de permanência no hospital. Enfim, são informações gerenciais das quais temos sentido falta.

Outro problema que não salientei é que todos os hospitais hoje têm uma caixa de madeira no seu corredor. Dentro dessa caixa há equipamentos – muitas vezes o próprio gestor não sabia o que era – adquiridos sem condições de serem instalados ou, muitas vezes, sem necessidade de que fossem instalados. Nós adotamos um procedimento, uma portaria que cria uma série de normas. Diz, por exemplo: antes de qualquer equipamento ser adquirido, que seja instruído o processo com número de equipamentos já disponíveis na rede, quantos são necessários em função daquela população a ser atendida, se há outro equipamento com problema de manutenção e se não seria o caso de priorizar uma despesa com a manutenção dele. Finalmente, se o espaço físico, as instalações elétricas, ou de qualquer outra ordem que sejam necessárias, já estão prontas para a instalação daquele equipamento assim que ele chegar ao hospital.

Eu não posso responder pelo passado. Nós estamos correndo para instalar os equipamentos que encontramos não instalados, mas posso garantir pelo menos na minha gestão, neste governo, que mais nenhum equipamento vai ser adquirido sem poder ser imediatamente instalado ao chegar ao seu local.

Nós estamos discutindo um problema que é nacional, e estamos saindo na frente. O Ministro da Saúde fala – e repete, quase todas as vezes em que vai a público – do problema da judicialização da saúde. Temos uma quantidade imensa de processos que são de todo tipo de demanda, demandas de procedimentos padronizados a demandas por procedimentos absolutamente fora dos nossos padrões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Estamos criando uma comissão de profissionais gabaritados para cada um dos assuntos, com auxílio do CRM — Conselho Regional de Medicina —, da Associação de Médicos de Brasília, do Conselho Regional de Farmácia, para que possamos submeter qualquer pedido não padronizado, primeiro, a essa comissão. Então, o médico que deseje adotar um protocolo que não seja aquele que a secretaria, que o governo entendeu ser o mais adequado, ele primeiro vai ter que pedir uma autorização para que isso seja feito.

Por quê? Uma vez eu ouvi um juiz dizendo que, para ele, era muito complicado decidir acerca de um assunto que ele não conhecia bem. Chega um pedido lá, com estes termos: “a pessoa vai morrer se não for atendida”. Ele responde assim: “Eu não quero levar essa morte para casa. A gente acaba dando o ganho da sentença para a pessoa que está requerendo”.

Eu respondi a ele o seguinte, e vou dizer aqui: talvez o senhor não esteja levando essa morte para casa; talvez esteja levando outras vinte mortes que o senhor não conhecia. Aquele recurso que seria usado para atender vinte pacientes, num protocolo tradicional, foi destinado todo para atender um paciente, e nem sempre aquilo é fruto de uma demanda legítima. Muitas vezes a demanda é fruto de um desejo econômico, de um laboratório que quer padronizar um medicamento que não era padronizado e, com isso, entrar numa lista de compras de centenas de milhões de reais anuais. Todo laboratório quer isso.

Finalmente, para não me estender muito, nós vamos aproveitar esse momento em que haverá um aporte mais significativo de recursos. Embora haja uma demanda maior ainda – apesar de muito grato e apesar de reconhecer que esse movimento da Câmara Legislativa nos permite respirar depois de um período de longa apneia –, esses recursos representam apenas um terço do que é necessário para este ano, para os senhores terem dimensão do que nós herdamos.

Nós vamos aproveitar esse aporte, que é de um valor maior e, segundo me foi dito, não estava aqui desde o início do ano, seria o maior aporte recebido de uma vez só desde o início do ano para a gente viabilizar essas grandes licitações que estão paradas. Aí eu vou ter dotação orçamentária suficiente para poder fazer a nota de empenho e regularizar essas despesas.

Acho que é o caso de eu já fazer alguns comentários a respeito do que comentaram antes, embora ainda tenhamos outros comentários. Há uma percepção de que as coisas estão andando ao contrário. O Deputado Juarezão fez esse comentário.

Eu cheguei ao Governo do Distrito Federal há 46 dias como Secretário de Saúde. Embora eu seja de Brasília e tenha morado fora por cinco anos, não posso deixar de fazer uma observação. Aparentemente as coisas estão andando ao contrário – e muito ao contrário – há muito tempo. É assustador aonde chegamos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Como disse a nossa Presidente, é preciso muita clareza, muito discernimento e muita tranquilidade para reconhecermos o problema que vivemos sob pena de perdermos a chance de resolvê-lo.

O Distrito Federal, em dezembro de 2014, figurava como o pior Estado do Brasil ou a pior unidade da Federação sob o aspecto do equilíbrio fiscal. Isso quem diz não é o Secretário de Saúde, isso quem diz é o Tesouro Nacional, que em seu sítio, na internet, apontava o Distrito Federal como detentor da pior relação despesa de pessoal e receita corrente líquida entre todas as unidades. Nós temos que entender a seriedade disso e buscar uma solução. Eu acredito que essa solução só virá se movimentos como esse, em prol de uma causa maior, em prol da população, acontecerem, independentemente de partidos e de lados, porque a população não pode sofrer qualquer consequência de disputas que sejam menos nobres. Temos de chegar a soluções e a políticas públicas que atendam a população.

A respeito das UPAs, a Marli fez um questionamento que eu já havia recebido pela imprensa anteontem, há três dias, e é muito pertinente. Não me lembro exatamente do Deputado que fez esse questionamento, mas ele está certo. É uma questão que realmente chama a atenção. Como é que nós temos 11 milhões de reais no Fundo de Saúde para a construção de UPAs e não construímos UPAs, apesar de a população precisar? É uma questão. Mas isso chama atenção se a gente não souber a história, não souber como chegamos aqui, Marli.

No PPA anterior, 2009/2014, se não me engano, 2011/2014, foram previstas quatorze UPAs, isso no ano de 2012, portanto. Ainda no ano de 2012, foi encaminhado ao Ministério da Saúde um pedido para a construção de doze UPAs. Então, de quatorze, passou para doze. Esse é o número hoje demandado.

Nós recebemos – e já vínhamos recebendo paulatinamente desde o ano de 2009 – recursos específicos para a construção de UPAs. Entre 2009 e 2012, esses recursos totalizaram 14 milhões de reais, Marli. Temos que entender o seguinte: o custo para a construção de cada UPA corresponde a 9 milhões de reais, e o Ministério da Saúde transfere 4 milhões de reais. Portanto, temos 5 milhões de reais de diferença, e o Estado tem que fazer frente a essa diferença.

Esses recursos do Ministério são repassados na proporção de 10%, 80% e 10%. Isso está na Portaria nº 342, do Ministério da Saúde, nos seus arts. 12 e 13, para quem tiver a curiosidade de conferir.

Pois bem, eram necessários, para construir as seis UPAs que foram construídas, 4 milhões de aporte para cada uma. Seis vezes quatro é igual a vinte e quatro. Se a primeira parcela é de 10%, 2 milhões e 400 eram necessários para começar as obras, e nós tínhamos quatorze. Logo, poderíamos ter começado a construção com recursos da Fonte 138, que eram recursos do Ministério da Saúde. No entanto, o Tribunal de Contas da União proibiu o início dessas obras com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

utilização de recursos de Fonte 138, porque entendeu que o projeto que estava sendo utilizado, enfim, o processo licitatório teria problema, e não autorizou, e o governo anterior começou essa construção com a utilização de recursos da fonte do Tesouro. Portanto, são R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) que foram utilizados da fonte do Tesouro para a construção das UPAs, tendo recursos necessários e suficientes do Tesouro Nacional, vindos pelo Ministério da Saúde para fazer frente a essas despesas, mas optou-se por gastar recursos locais.

Portanto, quando me perguntam por que não foram utilizados esses recursos, eu devolvo a pergunta. Eu não sei. Tinha tudo para ser utilizado, mas, infelizmente não foi, e o Ministério da Saúde tem sua auditoria específica e já exigiu a devolução desses recursos, e nós temos que devolvê-los. Ele exigiu, não agora, mas exigiu em 2013, só que, para fazermos essa devolução, teríamos que fechar – isso é regra de contabilidade pública – o superávit financeiro, o que não foi feito em 2014. Devolveram um valor estimado, que seria de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais). Desses 11 milhões, devolveram 2,8 milhões de reais. O restante vai ter que ser devolvido este ano sob pena de o Distrito Federal ser penalizado pelo Ministério da Saúde.

Havia a previsão de 12 UPAs. Seis estão prontas e estão funcionando; duas tiveram problema com o Ministério Público e estão com as obras paralisadas. É bom deixar claro para a população que essas obras não estão paralisadas por um ato discricionário ou por desejo do atual governo. Nós estamos proibidos de continuar essas obras até que a investigação seja concluída.

Há outras quatro previstas, e os recursos para a construção dessas outras quatro UPAs foram solicitados no final do ano passado e vieram este ano. Se são 10% desses 4 milhões, serão 400 mil para cada UPA, que, multiplicados por 4 UPAs, totalizam R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Esse dinheiro entrou na conta do Fundo de Saúde e está disponível, mas há um problema, essa é uma parte do recurso. O Distrito Federal precisa aportar outro tanto para fazer essa construção. No entanto, na Lei Orçamentária para 2015, não foi autorizado dinheiro para investimento dessa monta. Nós tivemos apenas 2,8 milhões de reais, e eu precisaria de 20 milhões, muito menos, portanto, do que eu precisaria. Então, nós ficamos absolutamente impedidos de fazer essa construção agora em 2015, a não ser que houvesse um aporte de recursos nesse sentido.

No entanto, mais importante do que construir as UPAs – e o Deputado Wasny de Roure colocou muito bem – é fazê-las funcionar adequadamente, é ter pessoal, ter equipamento, ter medicamento, ter toda a logística envolvida para que as UPAs e demais unidades de saúde funcionem a contento.

A construção de UPAs também precisa seguir esses normativos e aí, Deputado Ricardo Vale, nós temos um problema muito sério, porque das seis UPAs que foram construídas e estão funcionando, apenas duas foram construídas de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

acordo com o que preconiza o Ministério da Saúde. E sabem o que isso significa? Significa que as outras quatro estão correndo o risco de ser desabilitadas. Se elas forem desabilitadas, nós, ainda por cima, deixaremos de receber os recursos do Ministério da Saúde a título de custeio. Isso está para acontecer. Nós já recebemos um comunicado. Apenas duas UPAs foram construídas corretamente: a de Ceilândia e a de Sobradinho. A de Sobradinho é uma UPA muito boa.

Então, tudo isso é o que gravita mais ou menos em relação a essa construção relativa à UPA.

Com relação à política, há o questionamento se é desejo do Governo do Distrito Federal fechar as UPAs. Não, não é desejo do Distrito Federal fechar as UPAs. O desejo do Distrito Federal é construir as outras quatro UPAs que faltam, é construir unidades de atenção básica numa quantidade bem maior para que possa priorizar a atenção primária e colocar tudo funcionando da forma adequada.

Agora, quais foram os problemas pelos quais passamos nos últimos dias que nos levou a ter que fazer uma engenharia de recursos humanos muito complicada? Só recapitulando: tem uma despesa de pessoal muito alta, estou proibido de contratar mão de obra, estou com falta de mão de obra. Então, isso aí por si só já seria um problema, mas esse problema se agravou. Por quê? Houve a finalização de um contrato temporário em que 859 profissionais deixaram de atender a rede ao mesmo tempo.

Nós procuramos a prorrogação desse contrato junto ao Judiciário e não tivemos essa autorização. Já tem algumas semanas que nós pedimos isso e, até hoje, até eu chegar aqui... Eu não sei se houve algum telefonema. A minha assessora está ocupada ali, não está me ouvindo. Eu não sei se teve algum... Se teve, foi agora, na última hora. Mas não havia nenhuma decisão, não havia autorização, e nós estávamos impedidos de fazer essa contratação. Com esse contrato, nós perdemos centenas de médicos, centenas de enfermeiros, centenas de técnicos de enfermagem.

Falando de técnico de enfermagem, de outros técnicos de outras especialidades, a redução da carga horária que aconteceu agora de 24 para 20 horas, ela nos impôs uma perda de força de trabalho equivalente a 737 profissionais. É como se, do dia 31 de agosto para o dia 1º de setembro, 737 pessoas tivessem deixado de compor as equipes da secretaria. Isso em todas as áreas.

Então, essas questões nos causaram uma perda de recursos humanos muito severa, cuja compensação é onerosa. Não sai de graça para mim compensar essas horas de trabalho perdidas, Deputado Ricardo Vale. Essa mesma força de trabalho que teve a sua carga reduzida de 24 para 20, se eu quiser mantê-la em 24 horas, eu preciso pagar essas quatro horas adicionais, quatro horas que não existiam, quatro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

horas que nos custam três milhões e meio de reais por mês a mais do que nós já tínhamos que arcar.

Então, a despesa de horas extras pulou de 15 milhões de reais para 18,5, de 16 para 19,5, algo assim. Conforme os senhores bem sabem, a situação da secretaria não está tranquila, e ela estava tendo dificuldades para pagar as horas extras, mesmo os 15 milhões de reais.

Nada disso foi feito deliberadamente, orquestradamente no sentido de fechar unidade de saúde "a", "b" ou "c". Pelo contrário, tudo foi feito usando todos os bens ao nosso dispor para manter abertas as unidades de saúde, apesar de todas as dificuldades que nós encontramos: de ordem orçamentária, de ordem de gestão de recursos humanos, de ordem de gestão de materiais, de estoques e de patrimônio.

Apesar de tudo isso, nós temos, todos os dias, buscado soluções. Esse gesto da Câmara Legislativa foi importantíssimo e veio em boa hora. Paralelamente a ele, para mostrar que o governo está atuando, não está esperando apenas ajuda sem fazer esforço, por uma coincidência, o nosso Secretário de Fazenda me deu um telefonema poucas horas antes de eu vir para cá para me informar que, amanhã, as horas extras de maio serão pagas independentemente dessa locação. Isso é bom, porque aí nós garantimos mais um mês de pagamento de horas extras.

Eu já me alonguei muito, e a gente tem que ouvir os questionamentos. Então, não faz parte de uma política, não há a decisão ou o movimento no sentido de passar UPAs, de fechar UPAs ou criar um problema para viabilizar a contratação de organizações sociais, embora a contratação de organizações sociais faça parte do rol de modelos de trabalho que consideramos, é um modelo que tem funcionado em diversos lugares do Brasil e o nosso Governador nos pede para investigar a viabilidade disso. Mas não é com UPA de qualquer forma.

Enfim, são essas as colocações. Há muita coisa a ser dita e muita coisa a ser perguntada ainda. Eu fico à disposição para tirar quaisquer dúvidas que ainda não tenha conseguido esclarecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Secretário, pelas considerações iniciais.

Passo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, que pediu para falar primeiro. Logo após os Deputados falarem, eu concederei a palavra aos inscritos para falar. Há oito pessoas inscritas.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência o Deputado Ricardo vale.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes aqui nessa Comissão Geral. Sr. Secretário, quando V.Exa. tomou posse, a primeira coisa que eu verifiquei foi como tinha sido sua passagem lá no Maranhão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Fui conversar com sindicalistas do Maranhão para saber como tinha sido o comportamento de V.Exa. com os servidores. V.Exa. conhece o Monteiro, que é uma pessoa, um sindicalista correto. Ele me disse: "Ele teve um comportamento bom aqui." Pensei: "Se ele teve um comportamento bom, espero que ele não entre na onda do governo."

Por que estou dizendo isso, Secretário? É porque há um mal no Brasil de maus governantes que têm a campanha toda para disputarem uma eleição... O homem era Senador da República e tinha a obrigação de saber das contas do Distrito Federal. Aí, ganha a eleição e, em vez de governar, só fica falando mal do outro. Estamos vendo. Devia ter seguido o exemplo do outro, que é o Agnelo, professor e doutor Agnelo, que, quando assumiu no dia 1º de janeiro de 2011, a situação do Distrito Federal era caótica.

O Distrito Federal tinha 220 registros no CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal. V.Exa. sabe que quem está inscrito no Cadin não pode fazer nada, não é? Portanto, ele ficou um ano para limpar o nome. O Cadin, para dizer a vocês, é igual ao Serasa para nós. A pessoa com nome lá não pode comprar nem uma panela. A panela pode furar, e você não vai cozinhar, porque não tem panela e não pode comprar. Levou um ano para limpar o nome. Quando limpou o nome, foi buscar dinheiro para fazer a gestão.

V.Exa. falou das duas UPAs que não seguiam os padrões do ministério. E é verdade, não seguiam mesmo, não. Foi uma decisão porque tinha de fazer, não dava para ficar esperando. E fez as outras duas de acordo com os padrões. Inclusive, há uma disputa hoje se a melhor é a da Ceilândia ou a de Sobradinho. Eu devo dizer que a da Ceilândia é maior, mas não vamos discutir aqui qual é a melhor, porque as duas são boas.

Secretário, infelizmente, o pessoal está levando a V.Exa. um discurso que está errado. O orçamento da saúde foi votado aqui por nós e foi votado porque foi o orçamento que o Rollemberg quis. S.Exa. ganhou a eleição no dia 26 de outubro, e nós votamos o Orçamento no dia 15 de dezembro. Se S.Exa. quisesse, poderia ter feito o que o Agnelo fez: quando ganhou a eleição para o governo, botou uma equipe dele aqui dentro da Câmara Legislativa, e nós modificamos todo o Orçamento de 2012.

O Rollemberg ganhou no dia 26 de outubro. Parece que S.Exa. ficou deslumbrado e se esqueceu do Orçamento. A verdade é essa, Secretário. Desafio os Deputados antigos aqui... Deputado Rafael Prudente, V.Exa. não estava aqui, mas há servidores que estavam aqui. Não veio um técnico do Rollemberg para discutir o Orçamento conosco. Não apareceu um para discutir o Orçamento. Aí, nós falamos: "Bom, se não veio ninguém para discutir, ele deve conhecer o Orçamento e esse deve ser o Orçamento que ele quer." E o aprovamos, mas, num ato de generosidade, o Deputado Agaciel Maia, que é um homem muito generoso,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

convenceu-nos a fazer uma coisa inédita: o Governador Rollemberg pode remanejar 25% do orçamento aprovado da maneira que ele quiser, do orçamento de mais de 30 bilhões. No Brasil, aqui é o único lugar em que se podem remanejar 25%. Já pensou? Nem a Roseana tinha isso lá. Ela tinha a medida provisória. Eu estou falando porque eu respeito a Roseana.

Voltando à questão de falar mal dos outros, os sindicalistas me disseram que o senhor é bom. Só que o meu amigo Flávio Dino, junto com a turma dele, para falar mal da Roseane, todo dia fala mal do senhor, dizendo que encontraram o estado desarrumado. "Irresponsável, gastaram dinheiro demais, fizeram coisa". Todo dia. O senhor deve acompanhar aquele *blog* do Marco Aurélio D'Eça, lá do Maranhão. Eu fico olhando todos os *blogs*. Eu falei: "Que diabos! Flávio Dino pegou o mal do Rollemberg." Mas o senhor não pode entrar nessa, até porque nós estamos querendo ajudar dizendo a verdade.

A Saúde tem um orçamento autorizado, e V.Exa. sabe disso. Não foi mais porque ninguém veio dizer que esse não era bom. Era só ter dito. São R\$5.887.793.950,00 (cinco bilhões, oitocentos e oitenta e sete milhões, setecentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta reais). Foi esse o autorizado. Até agora gastaram 4 bilhões e 162 milhões. Foi o que o senhor gastou. Isso não está mais no caixa dos 5 bilhões. Mas o senhor tem, só no orçamento da saúde, R\$725.042.645,56 (setecentos e vinte e cinco milhões, quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). Isso hoje na Secretaria. Vou repetir: R\$725.042.645,56 (setecentos e vinte e cinco milhões, quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). É o saldo que o senhor tem. O senhor ainda tem lá no Fundo de Saúde 383 milhões.

Eu estou até vendo que o senhor está melhor que o outro. E aí já vai um ponto para o senhor porque, quando o outro saiu, deixou 416 milhões. O senhor sabe disso. Do Fundo de Saúde, deu 416 milhões. O outro, eu o denunciei aqui o tempo todo porque eu nunca vi tanta incompetência junta. Tinha dinheiro. Acho que ele estudou na escola do Tio Patinhas: um saco de dinheiro, e ele em cima. O senhor sabe, secretário, porque é um gestor. Para gestor ruim, é bom não gastar porque, se ele não gasta, ele não é responsabilizado de nada. Quem gasta vai ser responsabilizado.

O senhor está respondendo processo no Maranhão e vai responder aqui. Não que o senhor tenha feito algum crime. Vai responder aqui! Se o senhor não responder aqui é porque foi um mau secretário. Vai responder porque o Ministério Público está aí para isso. O Tribunal de Contas também. Agora não pode governar só seguindo recomendação do Ministério Público. Eu cumpro determinação judicial. Fora isso, não cumpro.

No caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, o senhor tem razão, mas eu pergunto para o senhor: quantas pessoas se aposentaram nesse período de agora?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Há quantas vagas de aposentados? Médicos, enfermeiros, técnicos, radiologistas? Esses o senhor pode contratar. O senhor sabe disso. Está aqui a lei. Quando eu venho, eu trago a lei. Está aqui. O senhor pode repor servidores aposentados ou por morte. Como eu não quero que nenhum morra, quero que o senhor reponha os aposentados. Portanto, é só a secretaria fazer um levantamento de quantos são os aposentados e contratar. Vale para saúde, educação e segurança. O secretário anterior não sabia quantos tinham se aposentado, mas o senhor já deve saber. Portanto, se o senhor quiser contratar amanhã, pode contratar.

Há mais uma questão, Secretário, e o senhor sabe disto. Há quantos servidores lá? O Rollemberg falava tanto de gestão, e eu falo que não havia nem gestão, nem competência. Eu estou torcendo para que o senhor tenha competência. Com o tanto de funcionário que a saúde tem, por que não se faz redistribuição? Eles são contratados para trabalhar no Distrito Federal. (Palmas.) Foram contratados, Deputado Rodrigo Delmasso, para trabalhar no Distrito Federal. Portanto, não há por que ter cinquenta num posto de saúde e cinco em outro. Se o senhor está precisando de mais gente na UTI, puxe para a UTI. Dê um treinamento e coloque-os na UTI. O senhor vai ter alguma dificuldade com relação a pediatras porque esse é um problema geral – a rede privada não tem mais também –, mas, para as outras áreas todas, o senhor tem um jeito.

Falta uma coisa, Secretário. Nós já tivemos – e, se quiser, o senhor terá – a melhor saúde pública do Brasil, talvez do mundo, porque trabalhadores qualificados o senhor tem; motivados, o senhor não tem. Cabe ao senhor fazer a motivação. (Palmas.) Quem faz a motivação é quem está na gerência, e o senhor sabe disso. Contudo, como é que o trabalhador vai se motivar se faz a hora extra e não a recebe? Aí diz: ah, não paguei a hora extra. Por que não pagou? Secretário, o senhor não é milionário. O senhor é um assalariado. Disseram a alguém que iam pagar para ele o décimo terceiro em tal dia. Não saiu o décimo terceiro.

Ninguém faz hora extra por esporte. Ninguém sai de casa como se fosse para a praia fazer hora extra. Eu, quando vigilante, ia lá fazer umas horas porque eu estava precisando colocar o dinheiro no bolso. No dia em que o patrão não me pagava, eu o chamava até de capeta, satanás, diabo. Aí alguém quer que um servidor que saiu, foi, no domingo, para fazer extra fique três meses sem receber? Ele, lá no Banco de Brasília, pegou uma graninha contanto com as horas extras, e aí o banco se dana a cobrar juro, e querem que o cabra fique feliz? Fique sorrindo? Não dá! São seres humanos.

A gente tem mais, Secretário. O Governo Rollemberg fala o tempo todo que não tem dinheiro, não tem dinheiro. Aí, no dia em que ele disse que não tinha dinheiro, eu resolvi ir ao Siggo que, como o senhor sabe, é o Sistema Integrado de Gestão Governamental. O Siggo não mente. O Rollemberg foi para a televisão dizer que tinha encontrado 64 mil reais em caixa. Falei: mentiu. Fui lá no Siggo, no mesmo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

dia – que era 5 de janeiro, o senhor não era do governo ainda – em que ele disse que havia 64 mil, e mostrei que havia um bilhão e quarenta milhões. De lá para cá, quase todo dia, eu divulgo. Hoje mesmo, há, segundo o Siggo, no caixa do Governo do Distrito Federal – eu falei por enquanto do orçamento da saúde, estou falando do geral agora – R\$ 1.480.566.250,37 (um bilhão, quatrocentos e oitenta milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos). Aí há recursos vinculados? Há, mas o senhor, que é um bom gestor, sabe que, mesmo recurso vinculado, um bom gestor que não tem medo de processos o tira, cobre e, depois, quando entra o outro recurso, o põe no mesmo lugar. É assim que o gestor público faz.

Secretário, para concluir, talvez a coisa que mais tem incomodado a comunidade, mas especialmente os servidores... Vi aqui na minha frente a Lia. Eu nunca vi uma mulher ter tanta vontade de ser servidora da saúde como ela. Ela fez o concurso, passou e está esperando ser chamada. Espero que ela esteja bem colocada para as contratações que o senhor vai fazer agora, seguindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela já entra. Aí, pelo menos, vai motivar mais o povo. Você sabe o que mais tem incomodado, secretário? É essa ideia das benditas, ou malditas, organizações sociais.

Isso não dá certo, secretário. Nós tivemos essa experiência em Brasília: a Real Sociedade Espanhola lá no Hospital de Santa Maria. Quando o Agnelo ia assumir, secretário, o governador anterior, que era o Rosso – agora o vice do Rollemberg é do partido dele –, rompeu o contrato. O Rosso rompeu o contrato. Isso era uma pegadinha, uma armadilha para cima do Agnelo, porque aí se fechava o hospital, e o povo iria ficar muito pau da vida. O Agnelo, em vinte dias, botou o hospital para funcionar, e o hospital não o fechou. Aí fez o concurso, e todo mundo está trabalhando lá hoje concursado.

Portanto, uma coisa eu quero pedir ao senhor: não bote na sua biografia que o senhor foi o homem que introduziu as organizações sociais em Brasília. Faça esse pedido. Isso é uma decisão de governo. O senhor não precisa estar no governo, o governo é que precisa do senhor. O senhor não precisa ser secretário. Afirmo isso com convicção. O governo é que precisa que o senhor seja secretário dele. Tanto é que ele foi buscar o senhor lá no Maranhão porque o senhor é competente. Pena que o povo não lhe deu o que o senhor merecia, que era ser Deputado Federal. Merecia, mas um dia os maranhenses vão compreender. Falo isso porque eu sou maranhense.

Portanto, lhe peço: secretário, não aceite isso, não. Não aceite entrar para o seu currículo, para sua biografia, que o senhor colocou a organização social, porque a organização social, secretário, é escravidão. Com organização social, secretário, o senhor sabe que vai ter coisas do tipo: faz-se um contrato com o Hospital de Ceilândia – duzentos leitos. Vai ter duzentos pacientes no céu, mas não entra mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

de duzentos, e o restante vai tudo para os corredores da rede pública, que vai continuar existindo. Aí continua a rede pública sendo o inferno, e o atendimento da organização social, o céu. E quem quer destruir o serviço público vai dizer: “Está aí, organização social funciona; saúde pública, não”.

Eu quero que entre para o seu currículo, para a sua biografia, que o senhor foi o homem que fez com que a saúde pública do Distrito Federal funcionasse sem organização social, sem escravidão, sem exploração e sem esculhambação, que é a questão das organizações sociais. (Palmas.)

Dentro disso, o senhor tem o nosso compromisso. Fora disso, se o senhor tentar implantar organização social, o senhor vai ter inimigos aqui: eu e os servidores que estão aqui. (Palmas.) Vou estar na linha de frente, porque organização social, secretário, não serve.

Nós tivemos uma experiência no Maranhão – não foi da sua época –, que foi da contratação de cooperativas. O senhor sabe que aquela contratação de cooperativas destruiu um serviço que não era bom, mas que virou o caos. Porque as cooperativas entraram, exploraram os trabalhadores; depois, caíram fora, e, quando o Estado retomou, não havia mais o que se reconstruir, porque eles destruíram.

A mesma coisa vai acontecer aqui, se o senhor permitir a entrada de organização social. Nós não vamos aceitar. Nós chegaremos – e aí não é caso de Oposição nem de governo – ao ponto de paralisar completamente esta Câmara: nunca mais votar nada do governo se ele teimar nesse negócio de organização social. Obrigado. (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Não é só a questão das organizações sociais, mas o problema da saúde pública no Distrito Federal todos nós vivemos.

O que mais me assusta é quando eu pego o orçamento da Saúde e vejo – isso aqui foi constatado pelo secretário, mas eu já tinha falado aqui no plenário diversas vezes – que 80% – repito, 80% – dele é destinado para pagamento de folha de pessoal. É obviamente, nitidamente a demonstração de que existe – existiu, até a presente data – uma falta de gestão de pessoal – não falo nem de recursos humanos – na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Muitos estão cedidos para outros órgãos, muitos estão cedidos para outros estados. Existem regionais de saúde aqui em Brasília que estão superlotadas e outras que estão extremamente esvaziadas.

Vou passar a palavra, logo após, para o primeiro inscrito a falar, Sr. Davi Santos. Já se prepare para usar a palavra daqui da tribuna.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Esse pacto pela melhoria da Saúde do Distrito Federal, Marli, tem que ser feito por três partes. A primeira é o governo, que precisa assumir o compromisso de que aquilo que foi acordado vai ser cumprido.

A segunda são os servidores. Eles, como diz o Deputado Chico Vigilante, passaram no concurso para servir o Distrito Federal, seja em Planaltina ou em Brazlândia, mas precisam servir o Distrito Federal, independentemente de qualquer localidade da nossa unidade da Federação, que é tão pequena! Eu imagino um médico em São Paulo, que reside na capital, passa no concurso público e é mandado pelo governo do estado para o interior, para a região norte ou a região sul de São Paulo, que ficam muito longe. Eu tenho um primo que é médico em São Paulo, isso aconteceu com ele: morador da capital – ele e sua família –, passou em um concurso público e foi designado para um hospital lá na região norte do estado. Foi com o maior prazer, porque estava ali, com certeza, para servir ao povo do Estado de São Paulo.

A terceira parte é a Câmara Legislativa. Hoje esta Casa deu uma demonstração de que a saúde é prioridade na nossa cidade.

Então nós precisamos ter esses três elos: governo, servidores e Câmara Legislativa, independentemente de ser governo – hoje sou Deputado da base do governo – independentemente de ser Oposição. Temos aqui Deputados da oposição, como o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Chico Vigilante, que acabou de falar – é o Líder do maior partido de oposição da Câmara Legislativa, o Partido dos Trabalhadores, agora com cinco Deputados Distritais. Está aqui o meu amigo Hermeto, primeiro suplente de Deputado Distrital do PMDB, partido que também está na oposição. Independentemente de coloração partidária, nós precisamos fazer um pacto para resgatar a saúde.

O Brasil está vivendo uma crise financeira, secretário, e eu já ouvi algo de alguns Deputados da região Nordeste. Estava ontem, inclusive, na reunião da executiva nacional do meu partido, e um Deputado Federal da Bahia questionou o repasse feito pelo Fundo Constitucional ao Distrito Federal. Ele me perguntou sobre isso, e eu fiquei até muito sem graça com o que ele disse. Ele falou: “Como que vocês estão vivendo uma crise financeira, sendo que a União repassa para vocês 20 bilhões de reais todo ano, que é maior do que o orçamento dos estados do Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins juntos, e vocês não conseguem gerir isso?”

O déficit que foi apresentado pelo Governo Federal é de 30 bilhões. Ele falou: “Eu apresentei uma emenda, para quando o Orçamento chegar, para que se corte o Fundo Constitucional do Distrito Federal”. Eu estou só repetindo o que o Deputado disse. “Porque o déficit é de 30. Se repassar 20 bi para o Distrito Federal, se tirar os 20 bi, o déficit só fica com 10 bi.” No Orçamento da União.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Ele tem razão! Outros estados da Federação não têm o que nós temos. Infelizmente, nenhum tem. Nenhum estado da Federação, nem o Estado de São Paulo. Nosso orçamento *per capita* é o maior do País.

Eu não quero falar de governo passado, governo retrasado, eu não estou aqui para olhar pelo retrovisor. O que nós precisamos entender é que precisamos resgatar a qualidade da saúde, do atendimento à saúde do Distrito Federal. Não só da saúde, da educação, mas estamos falando aqui sobre a questão da saúde.

E digo o seguinte, quero fazer... Eu falei aqui para o Deputado Ricardo Vale: uma das melhores coisas que o Governo Agnelo fez foi a construção das UPAs. "Ah, mas pagou com a fonte cem, pagou com a fonte x, y e z". Mas foi a melhor coisa que o Governo Agnelo fez: a construção das UPAs.

Eu estive na UPA de Sobradinho. Secretário, a UPA de Sobradinho parece hospital de primeiro mundo. Vou te falar: eu a achei muito melhor do que muitos hospitais privados aqui de Brasília, e do Brasil. Também fui visitar a UPA da Ceilândia, muito bem estruturada.

Eu já vou passar a palavra para o Davi Santos, mas quero aqui fazer um apelo para que a gente possa, todos nós, sociedade, servidores e Governo do Estado, juntar todas as forças para não fecharem as UPAs, e mais, para a gente ampliar esse atendimento nas cidades onde precisam. E digo ainda mais, o dia em que Brasília tiver um funcionamento no qual... Se eu estiver falando alguma bobagem me corrijam, não sou da área de saúde, sou um gestor público, sou formado em gestão, mas no dia em que tivermos a atenção básica nas UPAs e tivermos o atendimento dos hospitais de porta fechada... O que isso significa? A entrada pelo PSF, ou pelo Centro de Saúde ou pelas UPAs e os hospitais atendendo média e alta complexidade, com certeza o nosso sistema de saúde vai ser um dos melhores do País. Nós vamos recuperar isso. Eu acredito nisso.

Eu conversei com o Secretário Fábio Gondim, três dias depois de ele ter tomado posse, em um sábado, 9h da manhã, lá no gabinete dele na secretaria. Ele havia tomado posse na quinta, liguei para ele na sexta e ele falou que me receberia no sábado. Fui lá na secretaria de saúde, no sábado, às 9h, e ele estava entulhado de processos, lendo tudo e falando que o compromisso que ele tem é o de melhorar. E o que achei mais ousado do Governador Rodrigo Rollemberg foi o fato de ele colocar um gestor, quem conhece de gestão, à frente da saúde, com certeza vai ter dificuldades, todos sabemos disso, mas pelo menos tem coragem para enfrentar esse tipo de coisa.

Concedo a palavra agora ao Davi Santos, líder comunitário.

Para quem for usar a palavra, nós temos o tempo regimental de três minutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

SR. DAVI SANTOS – Boa tarde à Mesa, aos dois Deputados que restam aqui: o Deputado Rodrigo Delmasso e o Deputado Ricardo Vale. Esses estão demonstrando que têm compromisso com a saúde. Boa tarde a todos, boa tarde ao Secretário de Saúde e à representante do Sindicato dos Profissionais da Saúde.

Dizer primeiramente que fechar a UPA é um crime, porque na Constituição nós temos direito à saúde. Então, o Governador tem que ser punido, o Secretário de Saúde tem que ser punido, porque isso é um crime. Como está lá na Carta Magna, na Constituição, temos direito à saúde e estão fazendo pouco caso com a nossa cara! Isso é uma palhaçada do Estado.

Então, eu digo que este governo não tem compromisso com o povo, este governo não tem compromisso com a saúde pública. E, ainda digo, ele terá compromisso a partir do momento que passar a conhecer, a partir do momento que passar a conhecer a realidade de cada um. E disse ao Secretário de Saúde, juntamente com a médica responsável pela secretaria de saúde, que é muito fácil falar que vai acabar com a UPA, fechar UPA, sem conhecer a realidade. Porque nós que precisamos no dia a dia, que sentimos na pele, nós, sim, não entendemos da parte técnica, mas a parte humana nós estamos ali e sabemos muito bem o que significará o fechamento de uma UPA.

Então, a UPA de Sobradinho II hoje é um exemplo, a UPA de Sobradinho II atende muito melhor do que certos hospitais particulares. Os profissionais se doam, eles não trabalham por dinheiro, por amor próprio. Entendeu?

O Secretário disse que teve uma recomendação do Ministério Público falando sobre os contratos. Eu quero que ele nos mostre essa recomendação do Ministério Público falando sobre contratos, porque tive acesso e não está falando nada de contrato, está falando sobre horas extras. Certo?

Nós estamos aqui para ajudar, mas estamos aqui para jogar pedra, atacar, porque o governo tem que escutar o povo. Afinal de contas, ele não queria ser governador? Ele queria ser governador, então agora segura a peteca! Segura a peteca e resolva o problema, Governador! Ou você é competente ou você é incompetente e pede para sair. Você era Senador, elegeu um Senador com seis votos, meia dúzia de votos, e agora é Governador de Brasília. E aí? E aí, Governador?

Então, eu falo para o Secretário de Saúde, Fábio Gondim, que é um rapaz, um técnico bem-intencionado, mas não adianta porque até agora o governo não teve intenção de nos ajudar. O senhor está se esforçando, o senhor está tentando. Como disse o Deputado Chico Vigilante, não adianta, uma andorinha só não faz verão, o senhor está tentando, aí vem o governador com a patrula e faz como fez nas Arniqueiras, o que vai adiantar? Nada. É o fim do mundo!

Então, eu gostaria de dizer que estamos aqui para ajudar, estamos aqui para cobrar, porque fechar a UPA é irresponsabilidade, é crime, é demagogia, é falta de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

respeito com a cara do cidadão, do eleitor, do contribuinte, que ajuda a contribuir com o salário de todos eles que estão ali. O governo não pode contratar, o governo não pode renovar...

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Davi, parabéns pela sua luta lá em Sobradinho, líder comunitário lá em Sobradinho II. Quando fui à UPA, ele estava lá fazendo um grande cordão para não deixar a ambulância sair da UPA. Parabéns pela atuação.

O próximo a falar é Izaac Rocha Vaz, morador de Sobradinho. Inclusive, foi ele que mandou para o meu Gabinete 24 horas a solicitação para tomar providências. E quero deixar claro que esta comissão geral foi fruto de uma solicitação que o Izaac fez no aplicativo do nosso gabinete, o Gabinete 24 Horas. A primeira coisa que ele me perguntou quando cheguei lá foi se o aplicativo funcionava. Eu perguntei: por quê? Ele falou: "Porque eu mandei a história da UPA de Sobradinho e o senhor não respondeu." Eu falei: já respondi, fizemos um requerimento propondo uma comissão geral para discutir o assunto.

Concedo a palavra ao Sr. Izaac Rocha Vaz.

SR. IZAAC ROCHA VAZ – Boa noite a todos, eu gostaria de deixar claro que esse movimento pró-UPA é totalmente apartidário. É um movimento de uma comunidade consciente que busca explicações e exige que as UPAs permaneçam. É uma exigência da comunidade, não um simples pedido.

Há vários dias que estamos acompanhando a situação da UPA e é um disse-me-disse danado lá entre o administrador do HRS – Hospital Regional de Sobradinho, Sr. Abílio Castro Filho, e a Coordenadora da Regional de Saúde, Dra. Andrea Kavamoto. O que eles passam para nós não condiz com a realidade.

Hoje mesmo, a Dra. Andrea passou uma ordem para que todos os pacientes que chegassem à UPA de Sobradinho fossem diretamente encaminhados para o hospital. Isso é mais uma inverdade porque eles garantiram que pelo menos até o dia 23 as UPAs iriam funcionar.

Na sexta-feira passada, houve uma reunião no Hospital de Sobradinho, na qual o secretário esteve presente, e eu anotei três pontos importantes que ele falou. Ele disse que haveria um corte de cerca de 20% dos comissionados na saúde. Disse que na saúde do DF a UPA era o menor dos problemas – eu confesso que não entendi muito bem o que foi que o senhor disse. Disse que o GDF está proibido de contratar novos médicos em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal – o que nós já sabemos. E que a saúde chegou num ponto muito difícil de reverter. Apesar desse aporte que vai ser fornecido agora, essa verba, fiz uma conta rápida ali, dá quase 288 milhões de reais para a saúde. Secretário, se nem o senhor acredita que é fácil reverter isso, o que será de nós? Como nós como cidadãos vamos acreditar nisso?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Recentemente, vazou na internet um vídeo em que o Governador estava reunido com policiais militares no qual ele deixa clara a intenção de privatizar as UPAs e alguns hospitais. Eu queria saber o seguinte: qual vai ser o critério de contratação dessas organizações sociais? Quem vai contratar? Quais hospitais, quais UPAs serão contratadas?

Eu fico estarelecido com certas informações. Eu li esses dias que o governo, algumas pessoas estão articulando que seja liberada uma verba de 27 milhões de reais para a compra de equipamentos. Se não tem gente para fazer o atendimento básico, vai ter gente para fazer o manuseio desses equipamentos? Qual é a verdadeira intenção disso? É brincar com o dinheiro da gente que contribui?

Eu quero deixar um recado, para finalizar, a todos que foram eleitos aqui. A maior riqueza que um governo pode ter é a população. E o governo, muitas vezes, trata a população com um desrespeito tão grande que só um povo covarde, ou então muito ignorante, aceita ser roubado e ainda ter que pagar a conta. E nós não aceitamos isso. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Izaac. O próximo a falar é o Sr. Luiz Carlos, morador de Sobradinho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Joel dos Santos, Presidente do Conselho de Saúde de Samambaia.

SR. JOEL DOS SANTOS – Em nome de todos os presentes, cumprimento a Mesa. Quero agradecer ao Deputado Ricardo Vale e ao Deputado Rodrigo Delmasso. Na realidade, ficamos satisfeitos em saber que 22 Deputados não têm compromisso com a saúde. Se tivessem compromisso estariam aqui para ouvir a população e o Conselho de Saúde. Quero agradecer ao Secretário de Saúde porque quando falei nesta Casa a respeito da servidora que estava com problema de saúde, com problema de coluna e com mioma sério e foi cedida para o Conselho para ajudar nos movimentos de controle social de Samambaia, foi resolvido naquele dia. Rapidamente, Secretário, foi resolvido. Fizeram uma portaria que nem precisava chegar na Secretaria. Quero agradecer a V.Exa. porque foi verdade, aconteceu.

Quero agradecer a Marli porque foi no Gama dar a cara a tapa. Aquela senhora que está no Gama, a Célia, teve problemas no Hospital de Samambaia e os funcionários tiveram que descer do terceiro andar até o subsolo para tirá-la do hospital. Ela estava perseguindo do pessoal da limpeza até o diretor. Ela mandava mais que o diretor de saúde. Foi para o centro de saúde e também deu problema, perseguiu os funcionários. Foi falado nesta Casa. E aí vai para o Gama e faz a mesma coisa. Existem servidores excelentes na Secretaria de Saúde, muitos servidores bons, mas alguns servidores precisam ser trocados de local e colocados na ponta do atendimento e não para a gestão de novo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Quero agradecer ao Dr. Tiago Coelho que tem dado apoio para os conselhos regionais. Não estou puxando o saco do Dr. Tiago Coelho porque não gosto de puxa-saco, sou usuário. Sou Presidente do Conselho de Saúde de Samambaia e usuário. E quando tenho que falar, pode ser com o Governador, com o Secretário ou com os Deputados, eu falo. Na realidade, quero falar com relação aos funcionários.

Srs. Deputados, vamos nos reunir com a comissão de sindicância e vamos atrás de todos os servidores emprestados e cedidos para outras secretarias. Em Samambaia pedimos para o Senado os dezesseis funcionários que estão emprestados para o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, sendo oito assistentes sociais, seis psicólogos e dois motoristas que são da Regional de Saúde de Samambaia. Queremos todos os servidores cedidos de volta. Estamos em situação emergencial. Quando se diz caráter emergencial, todos os servidores cedidos têm de voltar imediatamente para o órgão que os cedeu. É imediatamente. Não sei o que está acontecendo porque não voltaram ainda.

Então, Deputados, vamos agir, vamos para as ruas, não vamos ficar atrás de gabinete e vamos colocar todos os servidores da saúde dentro da regional de onde ele saiu. Esteja ele dentro da Câmara Legislativa, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, que volte imediatamente. Que a partir da semana que vem mandem para os conselhos regionais todos os que estão cedidos, e que voltem imediatamente.

Também quero falar a respeito da UPA de Samambaia. É uma vergonha, gente. O Conselho de Saúde vai ter de colocar um banquinho na UPA de Samambaia. No dia 7 de setembro, feriado, nenhuma unidade básica estava funcionando. Uma senhora me perguntou se eu era do Conselho de Saúde e o que estava acontecendo porque a UPA não estava atendendo. Ela já ia embora com outras seis famílias da UPA. Eu disse que iria lá. Peguei mais duas pessoas que estavam comigo e fomos lá. Quando chegamos, havia dois médicos, a Dra. Ana Maria e a Dra. Gisele. Meu Deus, dois médicos. Eu disse que gostaria de entrar e gritaram comigo dizendo que não poderia entrar. A UPA de Samambaia tem uma caixa preta e eu quero saber que caixa preta é essa. Como é que o Conselho de Saúde não pode entrar em uma unidade? Ligaram para um, ligaram para outro e autorizaram a minha entrada. O Secretário falou no Senado que iria mandar uma circular na segunda-feira autorizando a nossa entrada nas unidades, mas até hoje a circular não chegou. E aí tinha um médico no boxe e um outro médico. Eu disse que gostaria de falar com o médico que estava no boxe e responderam que eu não podia. Eu disse que esperaria do lado de fora, mas gostaria de falar com ele um segundo porque queria saber se ele estava aqui. Depois disso me mandaram entrar. Ela estava sentada, o paciente estava estável no boxe vermelho e quatro pacientes no amarelo e mandando a comunidade ir embora. Na maioria das vezes não é porque não tem funcionário, é porque realmente algumas pessoas que estão gerindo a UPA são incompetentes e estão fazendo a população de otária, de babaca, de trouxa, que vai lá passando mal,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

aí tem que ir para outra região administrativa lotar outro hospital, sendo que lá existe a UPA.

Gostaria de pedir, Secretário: vamos montar uma urgência lá em Samambaia para, quando a UPA não puder atender amarelo e verde, ir lá para a unidade de emergência, do jeito que é no Bandeirante. Unidade de emergência.

Muito obrigado. Agradeço a oportunidade.

É isso aí. Vou deixar de novo na mão do Secretário e na mão dos dois Deputados que estão aí para tomar providências com relação a esses funcionários que estão emprestados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Dedé Roriz, presidente da Juventude do PRTB do Distrito Federal e líder comunitário.

SR. DEDÉ RORIZ – Primeiramente, eu quero agradecer ao Deputado Rodrigo Delmasso e parabenizá-lo por ter convocado esta comissão geral, e dizer que, quando fui chamado pela comunidade de Sobradinho II, imediatamente, fui lá para a UPA de Sobradinho – Deputado Ricardo Vale já tinha estado lá – porque Sobradinho II é uma terra que foi criada pelo meu tio, ex-Governador Joaquim Roriz, e a gente não pode deixar em hipótese alguma uma UPA ser fechada no Distrito Federal.

Uma das poucas coisas que o Agnelo deixou de bom nesta cidade foram essas UPAs, e a gente tem que reconhecer isso. Não era porque eu era oposição ao Agnelo que tudo era ruim. As UPAs eram muito boas para o Distrito Federal. Porém, se fechar, o apagão de gestão que o Rollemberg sempre falou do Agnelo durante a campanha, eu posso garantir para vocês, o verdadeiro apagão de gestão vai ser do Governo Rollemberg. É um absurdo se as UPAs fecharem. Já me passaram a informação de que a UPA de Sobradinho II está fechada e a do Núcleo Bandeirante está fechada. É um completo apagão de gestão.

Secretário, confesso a você que, quando o senhor foi nomeado, achei um absurdo trazer uma pessoa que está há cinco anos fora do Distrito Federal, que não conhece a nossa realidade. Fui para as redes sociais, falei que eu era contra, e o Rollemberg deixou ali escrito: em Brasília não tem ninguém competente para gerir a saúde do Distrito Federal. Achei um absurdo. Espero que o senhor faça um bom trabalho.

Quero deixar bem claro: Governador Rollemberg, pare de governar olhando pelo retrovisor. Chega com essa história de tudo é culpa do Agnelo, tudo é culpa do governo anterior! Essa história o povo não aguenta mais. A má gestão é do Governo Rollemberg. Ele entrou, está mais perdido do que cego em tiroteio. Espero que você dê jeito na saúde do Distrito Federal, porque até agora a saúde do Distrito Federal está um caos, nada funciona, e as UPAS, que eram na verdade a salvação da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

população do Distrito Federal – eu fui a uma UPA, viu, Deputado Ricardo Vale? –, são melhores que muito hospital particular. Aí, vem essa falta de gestão, essa má gestão. Não podia nem haver burburinho de que as UPAs iam ser fechadas.

Então o que temos que fazer? Está cheio de servidor aprovado em concurso público. Convoca esses servidores, gente! Bota lá na UPA. O governo tem que trabalhar, gente. É muito fácil durante a campanha prometer o céu e o paraíso para a população e, na hora em que assume, não sabe o que faz.

Rollemborg está perdido, está governando olhando pelo retrovisor. Eu espero, sinceramente, Secretário, que nenhuma dessas UPAs sejam fechadas no Distrito Federal.

Eu agradeço a sua atenção. Parabéns, Deputado Rodrigo Delmasso. Parabéns, Deputado Ricardo Vale. Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Sr. Dedé Roriz.

Concedo a palavra à Sra. Maria Helena Maia, técnica de enfermagem, concursada e aguardando nomeação.

SRA. MARIA HELENA MAIA – Boa noite a todos, ao plenário. Boa noite, Secretário de Saúde, Deputados e todos os presentes.

Sr. Secretário, gostaria de fazer uma pergunta muito simples para o senhor. Em primeiro lugar, eu quero falar em nome de todos os concursados, não só dos técnicos de enfermagem.

Eu gostaria de perguntar para o senhor por que o Governo Rollemborg insiste tanto em colocar OS no Distrito Federal, sendo que em outros Estados não tiveram um bom proveito?

E por que, Secretário, o Governador insiste tanto em pagar horas extras e renovar contratos temporários, sendo que há vários concursos em vigência? Estamos aqui aguardando ser convocados, mas isso não acontece.

Eu gostaria muito de saber também por que ele insiste tanto em OS. Esse dinheiro que é pago para horas extras e contratos temporários, poderia muito bem ser aplicado para chamar todos os concursados da saúde, que ainda sobraria dinheiro. E não adianta falar que não tem dinheiro, falar na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque a gente já está cansada de ouvir isso. A gente quer ser convocada. Para isso passamos no concurso e somos competentes para trabalhar nas UPAs, em hospitais, em qualquer lugar que seja.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Sr. João Hermeto, primeiro suplente de deputado distrital, do PMDB, meu amigo, homem da Candangolândia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

SR. JOÃO HERMETO DE OLIVEIRA NETO – Obrigado, nobre Deputado Rodrigo Delmasso. Muito obrigado ao Deputado Ricardo Vale, meu amigo também, parceiro, trabalhador.

Secretário Gondim, o senhor é um homem tido como bom gestor. Como o Chico falou, lá no Maranhão pouca gente fala mal do senhor. Eu fui gestor oito anos, fui ordenador de despesa por oito anos, sei das dificuldades. Se não encarar, se não pegar no chifre, o bicho não vai. Se ficar tremendo de medo na cadeira, não faz nada. O secretário que saiu tinha medo até da sombra dele. Espero que o senhor tenha essa determinação.

Outra coisa é a propaganda do Governo Rollemberg na época da campanha eleitoral: “Nós temos o Fundo Constitucional, Brasília é a cidade que tem mais recursos, falta gestão”. Ele mesmo falava isso, e fica chorando agora?

As UPAs são um patrimônio, hoje, não somente do Distrito Federal, mas do Brasil. O Núcleo Bandeirante, Secretário, a cidade que eu administrei, a Candagolândia, que é irmã do Núcleo Bandeirante, depende exclusivamente daquela UPA. Praticamente não tem um hospital lá.

Secretário Fábio Gondim, o senhor tem uma equipe boa. Estou vendo ali o Marcello Nóbrega, seu secretário de administração. Não estou puxando sardinha para ele, não. O senhor tem uma equipe boa, espero que faça valer isso.

Eu peço encarecidamente que não fique olhando se é do governo passado. Vocês acabaram com a Carreta da Mulher. Eu fui administrador da Candangolândia e a Carreta da Mulher é sonhada até hoje lá, tem a marca de um governo. Parem com isso, com esse sentimento mesquinho. O Rollemberg vai passar, assim como Agnelo passou, como Arruda passou, como Roriz passou, todos os governos passam. O que fica é o Estado, é a população, é o Estado de Direito, são as instituições consolidadas.

Secretário, desejo-lhe boa sorte. O senhor está em cima de um formigueiro, mas tem perfil, dizem que é um bom gestor. Mostre isso, não feche as UPAs. Será o seu primeiro fracasso, se o senhor deixar acontecer isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Hermeto.

Concedo a palavra ao Sr. Aquedo Valentim, morador de Brazlândia.

SR. AQUEDO VALENTIM – Boa noite a todos. Parabênzo a Mesa nas pessoas dos Deputados Ricardo Vale, Rodrigo Delmasso, e do Secretário de Saúde.

Não quero aqui simplesmente criticar o nobre secretário, porque ele está no governo há apenas 45 dias. Eu acho que ele tem muito que ver o que está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

acontecendo dentro da saúde. O principal que vejo hoje é a falta de medicamentos, que é o essencial para o pessoal em tratamento de câncer.

Secretário, vá ao Hospital de Base. O senhor já foi ao Hospital de Base ver a dificuldade daquele povo que está ali? O hospital de Taguatinga tem um atendimento excelente ao pessoal com câncer. Parece-me que também estão querendo tirar, não é? Uma coisa excelente, uma coisa tão bonita.

Eu tenho plano de saúde. Tenho dó das pessoas que convivem no dia a dia e dependem da rede pública. É muito triste, Secretário. É muito triste!

Sobre a falta de UTIs, eu queria que o senhor explicasse mais ou menos para a gente sobre essa falta de UTI.

Peço que o senhor valorize mais o pessoal da saúde, porque eles trabalham por amor, não é questão de dinheiro, é por amor. Eu queria que o senhor valorizasse mais o pessoal da saúde, eles merecem todo o nosso respeito com certeza.

Eu queria desde já convidar o senhor para ir dia 16 a Brazlândia, a uma audiência pública. Nós vamos discutir o problema de UTIs. Em Brazlândia, infelizmente, nós não temos nenhuma UTI, o que, inclusive, sai caro para o governo. Muitas vezes, sem UTI em Brazlândia, tem que jogar para o Hospital de Base, dependendo de ambulância. Então, eu queria convidar desde já o senhor para ir dia 16 a Brazlândia, a uma audiência pública sobre o problema de saúde, das UTIs.

Outra coisa que eu queria falar para o Governador Rollemberg é que eu morro de vergonha. Eu trabalho no Plano Piloto e nunca vi uma cidade tão imunda, tão suja, mais do que as cidades do DF. Eu até falei para a Deputada Celina Leão tomar uma providência sobre isso. A gente vem das cidades para cá, e eu, particularmente, estou com vergonha. É mato nas calçadas, é galho nos canteiros. A cidade mais limpa era o Plano Piloto; hoje em dia, parece que está sendo a cidade mais suja, a capital mais suja. O senhor vai às entrequadradas da L2 Sul, está uma sujeira imensa. Naquelas passarelas, o mato está tomando conta. Eu gostaria que o Governo Rollemberg tomasse providências sobre isso.

Desde já agradeço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Muito obrigado.

Concedo a palavra a Sra. Josy Jacob, diretora do Sindicato de Auxiliares e Técnicos em Enfermagem.

SRA. JOSY JACOB – Boa noite. Primeiramente agradeço a oportunidade, e agradeço ao Secretário. Não estou aqui para criticar. A gente está aqui porque quer ajudar.

Desde quando o Governador Rollemberg assumiu o governo, a gente vive um grande pesadelo no Distrito Federal em relação à saúde pública. Essa é a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

verdade. A gente dorme e acorda com o pesadelo que é a saúde pública do DF. Eu como trabalhadora, usuária e sindicalista, já não aguento mais. Imaginem o pessoal que está lá na fila dos hospitais, esperando atendimento. Imaginem também os novos concursados, que fizeram, inclusive, campanha para este governo.

Uma das promessas de campanha deste governo era honrar o compromisso com os concursados. A briga pelos concursados hoje, não olhando para o próprio umbigo, é porque realmente a saúde pública hoje carece de servidor. É uma incompetência deste governo dizer que não tem como chamar os concursados. Secretário, desculpe-me, mas não tem como a gente engolir isso. Responsabilidade fiscal para a saúde?

Sabe o que dói na gente, como cidadã? Quando foram construir estádio de futebol, não houve limite de responsabilidade fiscal. Mas quando é para atender a prioridade que é a saúde, tem limite de responsabilidade fiscal? Então, do que a gente precisa? A gente precisa de gestão. O Governador Rollemberg disse isso.

Nós temos uma carência muito grande de alguém que mude esse discurso. O discurso do Governador atual é precarizar a saúde. Por que não se lembra das coisas boas, dos programas bons que estão em andamento? Precisa retirar os programas que foram feitos? Vai precarizar a saúde mais ainda?

Isso tudo corrobora com o vídeo que está espalhado nas redes sociais em relação às OS. É isso que o Governador atual pretende. Está na cara, gente! Está escrito. Rollemberg quer privatizar a saúde, por isso está com essa desculpa de que tem limite, que não tem dinheiro. No primeiro momento de campanha dele, ele disse que colocaria um portal de transparência, mas até hoje a gente não viu esse portal de transparência. Não vimos ainda.

Aí falam de números. A gente até se perde no meio de tantos números. São tantos milhões, tantos bilhões, não se sabe a realidade disso. A gente gostaria de um portal de transparência e realmente entender. Não adianta colocar um portal de transparência só para grego enxergar. A gente precisa de transparência nesses números do que é gasto, do que é arrecadado.

Eu agradeço e acredito muito – viu, Secretário – que o Governador Rollemberg tem, sim, essa capacidade. A gente critica, bate e depois a gente ameniza. A gente acredita, sim, na competência do Secretário, do Governador, por isso Brasília elegeu o Rollemberg. Agora, não adianta Brasília querer andar para a frente e ficar toda vez lembrando do Agnelo. Daqui a pouco, a gente vai para a rua fazer a campanha: Volta, Agnelo! Volta, Agnelo!

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Muito obrigado, Josi.

Vou passar a palavra aos membros da Mesa para as considerações finais.

Concedo a palavra à Presidente do Sindsaúde, Marli Rodrigues.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

SRA. MARLI RODRIGUES – Eu creio que, desta vez, vou gastar mais de três minutos. Em uma audiência pública, algumas verdades precisam ser ditas, mesmo que elas possam doer. O que tem de mais belo é ver a comunidade realmente discutir esses assuntos que são importantes. Eu considero a saúde o assunto mais importante de um país.

Eu queria fazer uma pergunta para algumas colocações aqui. A saúde pública começou a ficar ruim agora? Não foi agora. Não foi agora. Essa é a primeira coisa. Não foi agora.

Eu gostaria tanto que a população se movimentasse também – e eu até me proponho a estar junto – para pedir que os quatrocentos profissionais médicos que estão em cargos administrativos vão atender os pacientes. Isso não começou agora. Essa história é longa e é amargo, e se tocarmos nessa ferida, muita gente vai ficar muito chateada com essa historinha.

Eu quero dizer aqui, em defesa dos profissionais da saúde, que nós construímos a saúde com muita dificuldade e também não é de agora. Eu sou profissional de saúde há 30 anos. Tenho 26 anos só de emergência.

No Brasil – para vocês verem como é Brasília –, o Ministério da Saúde premiou com o Certificado *Alimenta e Amamenta*. Foram dez certificados distribuídos para o Brasil. Quatro são do Hospital de Samambaia. Esse pessoal trabalha. Trabalha com dificuldade. Trabalha com falta de material. Trabalham cansados. A história de que o servidor da saúde, como foi colocado aqui por alguém, ela não procede na sua maioria. A exceção não é a regra. Não é.

O problema da saúde – eu gostaria de dizer a vocês olhando nos olhos de cada um e de cada uma – não vai se resolver em pouco tempo e não se resume à UPA – Unidade de Pronto Atendimento –, porque antes da UPA, eu também gostaria que tivesse uma audiência pública, senhores deputados, para discutir a atenção primária, porque a atenção primária vem em primeiro lugar. Não adianta você ficar construindo emergências se você não cuidar primeiro da atenção primária. Brasília, o Distrito Federal tem a pior cobertura de atenção primária do Brasil. Do Brasil. Essas verdades doem. Mas será que essa cobertura começou agora? Essa péssima gestão começou agora em janeiro? Começou no Governo Agnelo? Não. Não é isso. É porque saúde sempre foi negócio. Aliás, saúde sempre foi um bom negócio para quem investe nela.

Eu sinceramente percebo que as pessoas não estão preocupadas só com a UPA. Elas estão preocupadas com a questão das OS, com a questão de as OS chegar às UPAs e depois naturalmente aos hospitais.

Eu viajei por todo o Brasil e fiz um documentário que ainda não tive a oportunidade de mostrar como são ruins e como tratam os pacientes. Alguém disse aqui que os pacientes sofrem, mas digo a vocês: os pacientes são muito bem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

tratados dentro dos hospitais, raramente são maltratados. Os profissionais se dedicam muito. Agora, como disse alguém da Mesa, em todo lugar existe exceção, existe mau profissional, mas isso não é a regra, é a exceção.

Eu gostaria de fazer um encaminhamento à Mesa no sentido de realizarmos uma audiência pública para discutir a atenção primária. Queria dizer a vocês que em Samambaia, por exemplo, são feitos 400 partos, e desses 400 partos, menos de 28% é por meio de cesárea. Queria dizer que os gestores de lá tiram um dia por semana para fazerem cirurgia em pacientes que não conseguem agendar. Isso tudo precisa ser muito pensado. Até parece que nós vamos resolver o problema em um ano, em dois anos, em três anos, em quatro anos. Não vamos, porque a gente tem que trabalhar a educação na saúde, a atenção primária, saber o que é urgência e o que é emergência.

O subsolo do Hospital de Santa Maria tem muitos, mas muitos móveis. São macas, cadeiras de rodas, respirador, para os quais não há contrato de manutenção. Essa má gestão começou quando? Quando se compra prótese para cinquenta anos! Meu Deus, isso é criminoso! Mas não vim a esta audiência pública para discutir isso. Eu não vi ninguém ir para a rua protestar, não vi ninguém queimar pneu por causa disso! Há dinheiro do Samu sendo desviado para comprar foco, foco cirúrgico dentro de uma ambulância do Samu! Não tem como!

Então, existem muitas coisas que ultrapassam o limite de uma UPA. Nós não queremos que fechem UPA, Secretário. Realmente não queremos. Queremos é otimizar o serviço. Queremos atender bem a população. Atender bem, e bem mesmo. Mas antes de chegar a uma UPA, tem todo um processo de construção.

O Deputado Chico, meu amigo, falou aqui sobre fazer o remanejamento do servidor da saúde. Isso não é tão simples assim, não! O servidor da saúde também é gente, também fica doente, também tem as suas limitações, não tem plano de saúde, não tem prioridade no atendimento! Se tirarmos o servidor que já trabalhou trinta anos num pronto-socorro e hoje está num centro de saúde, e simplesmente fizermos o remanejamento, o Secretário de Saúde vai pagar muito caro por isso. Nenhum sindicato vai aceitar esse tipo de coisa, remanejar por remanejar!

Então, é uma situação bastante complicada. Não se limita apenas a UPA. Entendi que a preocupação número um desta audiência é com as OS. As OS realmente não são um bom exemplo no País inteiro. Não dá aqui para eu contar a vocês, mas ficamos realmente decepcionados com o que vimos em todos os hospitais que visitei com a equipe de jornalismo do SindSaúde em que há OS. Mas ainda sou do time que acredita que tudo pode dar certo.

Agora, para retirar a saúde do caos em que está, tenho a consciência de que não vai ser num passe de mágica. Não vai ser! Vocês estão preocupados com as UPAs. Concordo com vocês, mas estou extremamente preocupada com os pacientes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

que têm câncer, que têm cirurgia marcada e que, de repente, poderiam não ser operados se hoje esta Casa não tivesse votado a suplementação orçamentária para o pagamento das horas extras. Isso é preocupante e toca muito os profissionais que trabalham do lado de dentro do hospital. Por trás daquelas paredes de concretos, existem profissionais que se preocupam muito com a saúde da população, que se preocupam demais.

Fechar a UPA, não concordamos. Nós queremos que, além de ela estar aberta, ela funcione. E, para ela funcionar, precisa, sim, ter profissional, ter equipamentos, ter medicamentos, senão é para inglês ver.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigada, Presidente do Sindaúde, Sra. Marli Rodrigues.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale para as considerações finais.

DEPUTADO RICARDO VALE – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso. Só lembrando, atendendo a pedido do Cerimonial, esta comissão geral está sendo gravada. Portanto, quem, depois, quiser as gravações, é só pedir ao Cerimonial e depois vir buscá-las.

Eu também concordo que a nossa Saúde já vem numa situação extremamente difícil há muitos anos. Há muitos anos que a nossa população sofre nos hospitais, há muitos anos que faltam medicamentos, faltam leitos, faltam UTIs. Há muitos anos que a nossa população não é tratada dignamente.

Eu falo isso e acompanho mais de perto desde quando assumi a Comissão de Direitos Humanos desta Casa e quando comecei a visitar uma série de hospitais e receber uma série de denúncias aqui de maus tratos de pessoas, de seres humanos que querem ter um tratamento digno, que é constitucional. Nós temos direitos à saúde pública de qualidade.

Portanto, assim que o Governador Rodrigo Rollemberg assumiu o governo, eu conversei com S.Exa. já evidentemente preocupado com uma série de áreas e com esta crise econômica, que começou no mundo, pegou o Brasil e pegou o Distrito Federal também, de como faríamos para não deixar que esta situação da nossa saúde viesse a piorar. Foi por isso que, no primeiro semestre, vendo que a coisa já estava piorando, nós convocamos aqui o ex-secretário da Saúde Sr. João Batista de Sousa, para que ele nos apresentasse qual o planejamento, qual a política de saúde que o governo tinha para a nossa cidade. Infelizmente, ele chegou aqui e disse, com todo o respeito ao novo Secretário de Saúde, Sr. Fábio Godim, repetiu muitas coisas que o senhor nos falou aqui: "Olha, a situação é extremamente difícil, não temos dinheiro, está faltando isso, está faltando aquilo."



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Portanto, eu percebo, em cima da sua intervenção, Sr. Secretário, que o Governo ainda continua fazendo diagnóstico. É como se o médico chegasse ao paciente e falasse: "Olha, sua situação é essa, essa, e essa, e essa". Aí, o cara fala assim para o médico: "E aí, como você vai tratar" O médico: "Ah, não sei, não. Sei lá como vai ser tratado. Ainda estou pensando. Vou ver como é que eu faço. Ainda vou pegar os livros ali, ver qual a melhor receita." Então, é preocupante.

Eu gostaria que o senhor fosse extremamente transparente com a gente, com a gente que está aqui até uma hora desta, com os moradores que vieram, com os servidores, com o pessoal do sindicato sobre uma coisa que o senhor também não foi claro. Eu gostaria que o senhor fosse bem claro. Há uma intenção do atual governo de privatizar as UPAs e torná-las em OS, que as OS passem a administrar as UPAs? O senhor tem que ser bem claro. Essa é uma possibilidade que o Governo está estudando? Porque escutamos muito falar isso. Essa possibilidade existe ou não? Há esse interesse, há esse projeto do governo de trabalhar com as OS no Distrito Federal? Eu queria que V.Exa. fosse claro e respondesse de forma muito transparente e sincera com a gente.

Outra coisa, fechar as UPAs vai piorar a saúde. A UPA de Sobradinho, para os senhores terem uma ideia, atende mais clínica médica – ou atendia, porque já foi fechada – do que o próprio Hospital de Sobradinho. Para onde essas pessoas vão? Essas pessoas vão para o Hospital de Sobradinho, vão voltar para o Hospital de Sobradinho. E assim vai acontecer em todas as outras unidades.

Então, é preciso que façamos um esforço sobre-humano para que a saúde não piore mais e essas UPAs fiquem abertas. Esta Casa, o Deputado Rodrigo Delmasso e todos os Deputados aqui, nós estamos à disposição para ajudar. Não vamos fechar as UPAs. O que precisamos fazer, secretário? Contratar as pessoas? Precisamos buscar recursos? Vamos ao Ministério da Saúde. Eu vou, o Deputado Rodrigo Delmasso vai. Vamos ao Ministério da Saúde, vamos ao Congresso Nacional. Por que o governo não nos chama para ajudar? Por que V.Exa. não fala: vamos lá? Eu estou à disposição. Não sei nem se vocês foram. Vamos lá. Sabemos que a crise é nacional, mas vamos tentar. Só falar que não tem dinheiro e vamos fechar as UPAs, que não tem dinheiro e não vamos contratar ninguém, isso não é resposta de um governo, isso não é resposta de um gestor. Já sabemos do problema. Queremos ajudar a resolver.

Eu quero dizer, mais uma vez, que farei tudo o que for possível para impedir que essas UPAs sejam fechadas. Eu vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance. Vou procurar o Governador. Inclusive havia uma convocação de V.Exa. para vir aqui falar sobre as UPAs. Não houve necessidade, porque V.Exa. veio hoje a esta Comissão Geral. Mas, se for preciso, semana que vem, eu convocarei V.Exa para voltar aqui, porque nós não vamos permitir isso. Isso é um direito que nós moradores, que a nossa população tem. As UPAs são direitos nossos que foram



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

conquistados. Foram gastos milhões nas construções dessas UPAs, foram gastos milhões com equipamentos, e nós não vamos deixar que isso se perca ou vá para as mãos da iniciativa privada.

Era isso. Eu gostaria que V.Exa. me dissesse se há ou não há interesse do governo em privatizar setores da saúde e trabalhar com as OS na questão das UPAs.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Eu passo agora a palavra, para fazer as considerações finais, ao Secretário de Saúde, Sr. Fábio Godim.

SR. FÁBIO GODIM – Bom, são muitas colocações. Eu não sei se vou conseguir responder a todas, mas vou começar fazendo uma ponderação, chamando para uma reflexão.

A percepção que temos, Deputado Rodrigo Delmasso, é a de que talvez estejamos levando a discussão para o nível político quando, na verdade, o que cabe aqui é o nível técnico, é o nível social. Eu, até outro dia, era filiado a um partido político e fiz questão de me desfiliar para que não houvesse a menor dúvida de que o que se está fazendo aqui é um trabalho voltado para a obtenção de resultado, voltado para a população e voltado para o bem maior, que é a saúde da nossa gente.

Todo grupo político vai ficar apontando para o outro lado e dizendo: “Aquele grupo político errou nisso, errou naquilo. Aqui eu fiz melhor. Aqui ele deixou incompleto. Aqui eu sei...” Isso é natural. Só que, quando começamos a nos perder nessa discussão, perdemos uma oportunidade de uma discussão maior, perdemos a oportunidade de buscar a solução dos problemas que estão, no final das contas, há muito tempo instalados. Como muito bem disse a presidente do nosso sindicato, a Marli, isso não foi um problema que começou ontem, que começou hoje, nem é um problema que esteja piorando, Deputado Ricardo Vale. Ele é apenas um problema. Muitos efeitos surgem tempos depois das suas causas. Não é só no dia que o sintoma de um câncer aparece que o câncer se instalou.

Eu fui questionado com relação a chamar servidores. “Ah, tem tantos que se aposentam. Será que sabem quantos se aposentaram?” Sabemos exatamente quantos se aposentaram. Aposentaram-se 866 em 2014, que não foram chamados, e se aposentaram outros 716, em 2015, que foram chamados. Nós tivemos já a nomeação de cerca de quinhentos servidores agora em 2015 e estamos hoje encaminhando outros 859, conforme eu já disse. Isso totaliza 1300 servidores com todo o esforço, todo o esforço que vocês possam imaginar para poder manter todos os serviços funcionando a contento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Eu não vou fazer nenhuma observação, nem a respeito de críticas ou elogios que tenham sido pessoais. Eu os recebo de bom grado. As críticas servem para que nós possamos melhorar, e os elogios nos fazem sentir que vale a pena a luta.

O Sr. José Hermeto fez o comentário de que o nosso Governador falava na campanha: "Brasília tem muito dinheiro, só falta gestão." É, Brasília tem muito dinheiro, só falta gestão. Eu também falo o que o Rodrigo Rollemberg falava e acredito que todo governador, todos eles, se formos procurar na campanha de cada um, dos candidatos de oposição aos governos que estavam, eu acho que esse discurso deve ter se repetido tantas vezes, desde que eu nasci. Já faz um tempo que eu nasci e desde então eu moro em Brasília, só estive fora por cinco anos.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. FÁBIO GODIM – Nós temos a única unidade da federação que tem um Fundo Constitucional, é isso aí. Estou falando no microfone para repetir. Já imaginou: nós termos um Fundo Constitucional e estarmos com essa dificuldade? Não era para estarmos, mas enfim, esse não é o nosso ponto. Nós temos de compreender acima dos lados de cada um, e aqui nós estamos absolutamente politizando a discussão, claramente, nós temos de compreender que algo maior precisa ser feito. A gestão da saúde, da educação, da segurança, precisa ter prioridade. Embora as críticas sejam aceitáveis e bem-vindas sempre no momento em que são construtivas e nos ajudam a aprimorar, não podemos deixar que elas levem à compreensão equivocada do que acontece para toda a sociedade.

O Brasil está passando por um momento econômico difícil, muito difícil. O Distrito Federal também. Nós não temos a facilidade de encontrar soluções, mas eu posso garantir para os senhores que o que existe e o que não existe, todos os meios que estão disponíveis para que possamos viabilizar a melhora do nosso sistema de saúde estão sendo buscados, e com muito diálogo, Deputado Rodrigo Delmasso. Muito diálogo. O senhor me convidou aqui e não teve a menor dificuldade em me colocar aqui nesta mesa. Pela terceira vez, eu estou aqui, em 45 dias, uma vez a cada 15 dias. Então, eu posso garantir que os senhores estão diante de um secretário que não se furta ao diálogo. Estive com vocês na UPA, o Davi estava lá e também mais pessoas aqui, eu me lembro. Eu estive lá à noite e fui de dia de novo. Não sou convocado, eu fui convidado, e lá eu fui porque quis, assim como eu tenho visitado, fui e tenho ido a todos os locais, para ouvir, para conhecer, para compreender o que está acontecendo.

O Deputado Ricardo Vale fez a observação de que o ex-secretário João Batista esteve aqui e falou as mesmas coisas que eu, não no sentido de conotação pejorativa, mas falou as mesmas coisas. Ou seja, as coisas se repetem. Mas falar as mesmas coisas, Deputado, muitas vezes, é a resposta, assim como eu tenho a impressão de que, talvez, muita gente que esteve aqui da outra vez também falou as mesmas coisas e também fez as mesmas observações. Talvez o senhor mesmo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

tenha feito as mesmas perguntas, porque elas eram pertinentes e continuam sendo. E talvez as mesmas respostas continuam sendo as respostas honestas e sinceras que precisam ser dadas.

Para finalizar, eu quero deixar bem claro – porque, muitas vezes, se inventa uma batalha para depois se cantar uma vitória que nunca se teve – que não houve determinação para se fechar nenhuma unidade de saúde, nenhum serviço em nenhum momento. Jamais houve uma deliberação nesse sentido. O que há é um momento, que eu já falei qual foi, em que muitos profissionais saíram ao mesmo tempo, enquanto os outros profissionais que vão substituí-los não assumiram os cargos, e as escalas estão tendo dificuldades de serem fechadas. Agora, esses profissionais novos estão sendo convocados para tomar posse como servidores públicos efetivos. Falou-se tanto de chamar concursado! Ninguém está chamando mais concursado do que esse governo de agora para a saúde. Foram 1.300 só agora. Numa crise dessa, ser acusado de não estar chamando?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. FÁBIO GONDIM – Mas num ano de crise? Então, é isso. Falar que não estamos chamando? Foram 1.300 profissionais neste ano com essa crise toda. A gente não está priorizando contratação, não está priorizando nada que não seja buscar a melhoria.

Outra coisa: nós não estamos em lados opostos. Nós não estamos lutando por coisas diferentes. Nós estamos lutando pelas mesmas coisas. São os mesmos objetivos: dar a melhor saúde para a população. É isso que nós estamos fazendo todos os dias, muitas e muitas horas por dia.

Nós ficamos à disposição para qualquer convite. O senhor nunca vai ter a necessidade de me convocar. E, se convocado for pelo Poder Legislativo, terei todo o prazer de vir, mas, se convidado for, terei mais prazer ainda e virei sempre como tenho vindo. Não tenho motivo nenhum para deixar de estar aqui, deixar de prestar os esclarecimentos. Nós continuamos. Estamos aguardando agora os servidores tomarem posse. Nós teremos 859 profissionais agora em um futuro muito próximo que vão tomar posse, que vão conseguir fechar essas escalas.

As horas extras, conforme eu disse, serão pagas a partir de amanhã. Esses recursos que a Câmara Legislativa acabou de nos disponibilizar vão permitir o pagamento das horas extras daqui para o final do ano, e, com isso, os profissionais que desejarem, poderão voltar a fazer horas extras e fechar as suas escalas de trabalho para, assim, garantirmos o atendimento que a população merece.

Estamos fazendo um trabalho estrutural, de modificação de paradigmas que há muito tempo estão aí instalados para que a gente possa ter a melhor saúde do Brasil. O Distrito Federal precisa, merece e tem o dever de dar essa saúde para a população, e é para isso que nós estamos trabalhando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Secretário, sobre as OS.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. FÁBIO GONDIM – Eu me esqueci de responder a respeito das UTIs.

DEPUTADO RICARDO VALE – E as OS.

SR. FÁBIO GONDIM – Bom, eu deixei aqui bem claro. Quanto ao fechamento, não há mais dúvidas. Pronto. Então, entenderam. A questão da UTI no Distrito Federal ou em qualquer lugar do mundo passa por um problema que é maior: muitos pacientes moram nas UTIs. Eles não têm perspectiva de alta. Eles têm doenças crônicas e não têm perspectiva nenhuma de cura. Então, eles vão passar num leito de UTI até o dia do óbito. Nós estamos fazendo um esforço para colocá-los em casa, em UTIs em casa, para que possam ter conforto eles próprios, suas famílias e, com isso, reduzir inclusive nossos custos. É bom para todo mundo. É bom para o governo porque é mais barato, é bom para a família e é bom para o hospital. Vamos liberar leitos. Nós hoje temos 28 pacientes nessas condições, em toda a rede. Vamos trabalhar para que eles possam ir para casa num futuro bem próximo com bastante conforto e bastante dignidade, enquanto Deus permitir, para que eles possam viver o melhor possível.

Outros oitenta pacientes de cuidados intensivos, que não são propriamente de alta complexidade, também vão poder ter o atendimento em casa. Isso nos diminui muito o custo, Deputado Rodrigo Delmasso. Nós passaríamos de um custo de leito de UTI entre 2.500 e 6.000 reais – um pouco menos de 6 mil dependendo da complexidade – para um custo, em casa, de 980 reais por dia, e, nos cuidados intensivos, cairia para 500 reais por dia.

Com relação a filas de hospitais, esse é um problema crônico. Eu acho que sempre existiu. Nós estamos trabalhando com o planejamento de dois hospitais aqui no Distrito Federal para que possamos aumentar o número de leitos disponível e, dessa forma, diminuir as filas. Atenção básica: o segredo todo está nela. Como muito bem disse a Marli, nós temos a atenção básica com a pior cobertura do Brasil e, obviamente – pelo menos nisso nós vamos concordar – isso não foi culpa desse governo. Concordamos. Pois então, nós temos a atenção básica com a pior cobertura e precisamos ampliar essa cobertura com muito vigor para que essas pessoas possam sair das UPAs, possam sair do pronto-socorro e possam ter um atendimento com mais qualidade, mais rapidez.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

Para isso, os postos de saúde precisam ter resolutividade também. Não dá para a pessoa querer marcar uma consulta. A consulta não está aberta. Vai no outro mês, tenta marcar de novo, aí consegue a consulta e não tem o exame, não tem o retorno, não marca com especialista. Tudo isso está sendo trabalhado. Nós criamos um grupo de trabalho para cuidar da regulação, cuidar da marcação de consultas, e isso vai reduzir demais a nossa procura a outros tipos de serviço.

Finalmente, com relação às organizações sociais ou qualquer outro tipo de modelo de saúde, todos esses modelos de saúde que existem precisam ser, no mínimo, considerados por qualquer um que se diga gestor, qualquer um que fale "ah, eu sou gestor". Então, considere-os. Não feche seus olhos porque, se a humanidade evolui, é porque ela abre os ouvidos e os olhos para todos os aspectos. Mas uma coisa eu posso garantir a vocês: nenhum passo vai ser dado sem que sejam ouvidos os conselhos regionais de saúde, sindicatos e todas as...

(Manifestação da plateia.)

SR. FÁBIO GONDIM – A gente vai providenciar um conselho de saúde para Sobradinho. Afinal, merece demais, com certeza.

Enfim, nós vamos trazer qualquer tipo de debate que porventura vier a acontecer bem abertamente para todo mundo. Isso aí eu posso garantir a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Quero agradecer primeiramente a presença da comunidade, principalmente a de Sobradinho, que estava aqui presente.

Falando sobre o conselho de saúde, Deputado Ricardo Vale, nós temos que lutar para implantar o conselho de saúde lá em Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, um conselho para cada cidade. Não é um para todo mundo, não. É melhor, não é? Um para cada cidade.

(Manifestação da plateia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Isso. Na realidade, apartidário, apolítico. Precisamos fazer um debate mais amplo.

Quero agradecer ao Secretário de Saúde, que se disponibilizou a estar aqui conosco. Quero agradecer ao Deputado Ricardo Vale, que está desde o início dessa comissão geral conosco. Agradeço à Marli, que é Presidente do SindSaúde.

Quero informar que eu já pedi alguns estudos para a nossa unidade técnica da área de saúde da Câmara Legislativa. Acabei de fazer um requerimento de apresentação desses estudos porque, na minha avaliação, os profissionais da saúde são muito incentivados a ir para os centros de saúde por causa de uma gratificação que existe na atuação dos centros de saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Quando foi criada a gratificação, o centro de saúde era a última opção do profissional de saúde. E ela foi criada, à época – eu me lembro –, para incentivar o servidor, fosse médico, fosse enfermeiro, a ir para a atenção primária.

Então, eu estou pedindo um estudo à unidade técnica daqui da Câmara Legislativa, que tem consultores extremamente capacitados, pois uma coisa veio aqui ao meu coração e à minha mente: por que o centro de saúde não funciona da forma como deveria funcionar? Eu vou usar uma palavra muito forte: a guerra mesmo deveria estar no centro de saúde, e não nas emergências. Se o centro de saúde estivesse funcionando, não se precisava de UPA nem desse atendimento nas emergências.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Aí é que está, funciona de segunda a sexta; alguns, somente no horário comercial. Então, estou pedindo esse estudo à área técnica daqui da Câmara Legislativa porque existe essa gratificação de incentivo, que leva os servidores para o centro de saúde, onde, na realidade, a guerra deveria acontecer. O primeiro atendimento deveria ser no centro de saúde, e obviamente os hospitais ficariam com o atendimento dos outros pontos.

Eu também pedi para, nesse mesmo estudo, avaliarem qual seria o impacto financeiro, se for necessário, da criação de uma gratificação também para quem vai atuar nas UPAs, para que o profissional seja incentivado a ir para a UPA.

Aqui eu quero deixar um pedido para V.Exa., secretário: eu sei que o problema da saúde não é desta gestão da Secretaria de Saúde, não é deste governo, não é do governo passado, não é do governo retrasado. O que nós estamos vivendo hoje é fruto de uma falta de gestão de anos e anos e anos e anos e anos. É, na realidade, uma grande bola de neve. E não vai ser em quatro anos, em oito anos, que todos os problemas serão resolvidos. Mas eu acredito que, nesses três anos e poucos meses de mandato que o Governador Rodrigo Rollemberg vai ter, pelo menos até o ano de 2018, o seu compromisso com a sociedade deve ser resolver um probleminha da saúde, que é ter profissionais para atender a população do Distrito Federal.

Do que eu vou sugerir aqui alguns profissionais podem até não gostar. Mas eu acredito que a Secretaria de Saúde precisa ter um concurso de remoção, como é feito na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Quando o concurso de remoção da Secretaria de Educação foi implantado, na época da Secretária Eurides Brito, que foi Deputada Distrital, existiam, por exemplo, algumas regionais de ensino que estavam extremamente inchadas, com muitos professores, e outras regionais sem professor nenhum. Fizeram o concurso de remoção, com critérios estabelecidos, e, pelo menos naquela época, conseguiram distribuir um pouco desses servidores, principalmente os professores, pelas escolas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2015	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

O secretário está dizendo que precisa ir. Quero agradecer a presença dele.

Vou passar a palavra para o Líder do Governo e, após a fala dele, encerraremos a sessão.

DEPUTADO JULIO CESAR – Bem rapidamente, eu quero parabenizar o Deputado Rodrigo Delmasso, que tão brilhantemente conduziu essa comissão geral no dia de hoje, trazendo um assunto tão importante, que é essa questão da UPA.

Eu vim aqui só registrar o nosso total apoio ao Secretário de Saúde Fábio Gondim. Nós, Deputados da Base, acreditamos muito na sua competência. Sabemos que a sua missão à frente daquela secretaria não será das mais fáceis, como não está sendo.

E deixar registrado que o problema da saúde não é de hoje. A gente ouviu muitos Deputados, ou pessoas reclamando, dizendo: “Ah, porque essa gestão, nosso Governador Rodrigo Rollemberg...” Mas quero deixar claro que esse é um problema crítico... Quando fui secretário de esportes, já naquela época, havia muita dificuldade com a questão da saúde. Muitas vezes, fazíamos pedidos para o então secretário da época, que não eram atendidos. Muitas vezes, a cidade passava problemas caóticos. Então, não há o que dizer que o problema é da atual legislatura, do atual governo. Esse é um problema que vem de anos! Também não era do Governo Agnelo, mas sim de outros governos. Não podemos, também, chegar aqui e tacar pedra no secretário que, de boa vontade, assumiu essa responsabilidade para tentar mudar a história da saúde no Distrito Federal.

Portanto, quero dizer que o secretário tem nosso total apoio. Pode ter certeza de que a gente está confiando na sua competência. Não é porque o senhor não é da saúde, que não vai conseguir resolver essa situação. Nós acreditamos e nos colocamos à inteira disposição. Então, quero só registrar isso.

Quero agradecer o nosso Deputado Rodrigo Delmasso por esta brilhante atuação no dia de hoje, e parabenizá-lo! Deus o abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Muito obrigado, Deputado Julio Cesar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h31min.)